



CENTRO UNIVERSITÁRIO DE BRASÍLIA - UniCEUB
FACULDADE DE CIÊNCIAS DA SAÚDE - FACS
CURSO: PSICOLOGIA

**FORMULAÇÕES DO BEHAVIORISMO RADICAL DE B. F.
SKINNER ACERCA DO AUTOCONHECIMENTO**

FERNANDO NEGREIROS JANOT

BRASÍLIA-DF
Julho/ 2008

FERNANDO NEGREIROS JANOT

**FORMULAÇÕES DO BEHAVIORISMO RADICAL DE B. F.
SKINNER ACERCA DO AUTOCONHECIMENTO**

Monografia apresentada como requisito para conclusão do Curso de Psicologia do UniCEUB – Centro Universitário de Brasília.
Professora orientadora: Eileen Pfeiffer Flores.
Professor co-orientador: Carlos Augusto de Medeiros.

Brasília-DF, Julho de 2008.

FERNANDO NEGREIROS JANOT

**FORMULAÇÕES DO BEHAVIORISMO RADICAL DE B. F.
SKINNER ACERCA DO AUTOCONHECIMENTO**

Esta monografia foi aprovada pela comissão examinadora composta por:

Professora orientadora Eileen Pfeiffer Flores _____

Professor co-orientador Carlos Augusto de Medeiros _____

Professor Rogério Lopes de Souza _____

Professor João de Souza Vicente Marçal _____

A Menção Final obtida foi:

Brasília-DF, Julho de 2008.

AGRADECIMENTOS

Gostaria de fazer um agradecimento especial a meus pais: Luiz Carlos Andrade Janot e Lúcia Margarida Negreiros Janot; e meus irmãos: Igor Negreiros Janot e Fernanda Barreto Negreiros, por todo o apoio, carinho, companheirismo e dedicação que me dispensaram durante estes anos de minha formação acadêmica de maneira a participarem e contribuírem para cada passo dado nesta direção. Quero apresentar aqui um agradecimento especial aos amigos que além de contribuírem para a construção de meu repertório de autoconhecimento, me ensinaram a apresentar os comportamentos requeridos a um estudante de psicologia durante estes anos de minha formação acadêmica, participaram de maneira mais ativa neste processo de formação com conversas, debates e ensinamentos sobre Psicologia, Filosofia e Ciência, como por exemplo: à professora Andiaru Ruas Simão, ao professor Lourenço de Bem Bianchetti, Jeanne Mazz, Flávia Isa Boechel e Elza Ramos, amigos e companheiros que tanto me ensinaram sobre o comportamento humano; à Psicóloga Elisângela Moreira Peraci, que esteve presente durante boa parte deste processo de formação e que muito me ensinou e auxiliou tanto na elaboração de trabalhos escritos quanto na compreensão sobre a Psicologia, Pedagogia, Política e Filosofia; à Professora Elizabeth Tunes; ao Professor e amigo Rogério Lopes de Souza pelas conversas, discussões e ensinamentos sobre o Behaviorismo Radical, Filosofia da Ciência, Filosofia Analítica da Linguagem, Metodologia Científica, e noções sobre Política, durante estes dois últimos anos de minha formação; ao Psicólogo e Supervisor Alex Djair Moreira que me apresentou a prática psicoterápica fundamentada na abordagem Analítico-Comportamental e aos demais psicólogos que orientaram e supervisionaram minha inserção na prática clínica em psicoterapia, como por exemplo: as psicólogas Lúcia Margarida Negreiros Janot, Valmira Pimentel Cunha, Simone Torres Alves Coutinho e Cláudia May Philippi, e os psicólogos Dr. Paulo Sérgio Bareicha e Dr. Paulo Sérgio Amado dos Santos; à psicóloga e professora orientadora Eileen Pfeiffer Flores e ao psicólogo e co-orientador

Carlos Augusto de Medeiros. Quero agradecer também à amiga Renata Coli tanto pelas conversas e ensinamentos, como pelo auxílio na elaboração textual de meus trabalhos acadêmicos. E aos amigos: Camila Rezende, que contribuiu em minha prática psicoterapêutica e entendimento sobre o comportamento humano; Janisson Rocha pelas conversas, discussões e debates sobre Política e demais questões sociais; aos colegas e amigos Vitor Hugo Werneck e Felipe dos Anjos que participaram do início deste processo de formação, e com quem mantive diversas conversas sobre Filosofia, Política, Ciência, Cultura e até mesmo sobre Psicologia.

SUMÁRIO

Introdução	1
Capítulo 1: Breve introdução ao Behaviorismo Radical	5
1. 1. O Behaviorismo Radical	5
1. 2. Análise do Comportamento	9
1. 3. Análise Aplicada do Comportamento	13
1. 4. Como o Behaviorismo Radical vê o Ser Humano	14
1. 5. Definições dos principais conceitos do behaviorismo Radical	22
Capítulo 2: Auto-conhecimento na proposta Skinneriana	25
2. 1. Eventos sob a pele – o privado e o público na teoria de Skinner	25
2. 1. 1. O que significa “público” versus “privado” no Behaviorismo Radical	25
2. 1. 2. Por que é necessário entender o conceito de eventos privados	31
2. 2 O eu na interpretação de Skinner	34
2. 3 O que é auto-conhecimento	38
2.3.1 Consciência no Behaviorismo Radical	45
3. Debate crítico acerca do tratamento Skinneriano para o problema do autoconhecimento	48
Considerações finais	53
Referências	56

RESUMO

O objetivo desta monografia é apresentar uma revisão crítica sobre o conceito de “autoconhecimento” no behaviorismo radical de B. F. Skinner. Esta pesquisa, sobre como o Behaviorismo Radical trabalha a questão do autoconhecimento, foi elaborada com o objetivo de expor o autor deste trabalho ao conhecimento sobre o conceito que fundamenta a prática psicoterápica baseada nos princípios do Behaviorismo Radical. Pois, aos analistas do comportamento, se faz necessário um conhecimento aprofundado e familiaridade sobre a ocorrência deste comportamento e a maneira como este é instalado, caso pretendam arranjar as contingências necessárias para a aprendizagem do repertório de autoconhecimento de seu cliente. O behaviorismo radical como uma teoria sobre o comportamento humano pressupõe o autoconhecimento como um comportamento socialmente aprendido, que ocorre por meio da interação entre o sujeito que se auto-conhece e os outros sujeitos que fazem parte de sua comunidade verbal. É na relação com o outro que ocorre o processo de aprendizagem sobre si e sobre o outro que favorece a instalação do autoconhecimento. O ensino desse comportamento é realizado através da manipulação de variáveis responsáveis pelo processo de auto-discriminação e o comportamento de descrição dos comportamentos do próprio sujeito que se auto-conhece. Através dos arranjos de contingências providas pela comunidade verbal, que resultam na discriminação e descrição de características entendidas pelo sujeito como sendo suas, é que são instalados os comportamentos que podem ser definidos como “autoconhecimento”. Conclui-se que, por meio desta revisão conceitual, foi alcançado o objetivo aqui proposto, de expor o autor deste trabalho ao tratamento dispensado pelo Behaviorismo Radical ao autoconhecimento. Dessa maneira, foi possível a este aprofundar seu conhecimento sobre os principais esforços a serem efetivados para o ensino e manutenção deste tipo de comportamento.

Palavras-chave: behaviorismo; autoconhecimento; comportamento.

ABSTRACT

The goal of this monograph is to provide a critical review on the concept of "self-knowledge" in the radical behaviorism of B. F. Skinner. This research on how the Radical Behaviorism works the issue of self-knowledge was established with the objective to expose the author of this work to the knowledge about the concept that founds the practice psychotherapy based on the principles of Radical Behaviorism. Well, to the analysts of behavior, there is a need for a thorough understanding and familiarity on the occurrence of this behavior and how this is installed, if they wish to arrange the necessary contingencies for learning the repertoire of self-knowledge of their clients. The radical behaviorism as a theory on human behavior, requires the self-knowledge as a socially learned behavior, which occurs through the interaction between the subject that is self-aware and other subjects that are part of your verbal community. It is in relation to the other that occurs the process of learning about each other which favors the installation of self-knowledge. The teaching of this behavior is achieved through the manipulation of variables responsible for the process of self-discrimination and description of the behaviors of the very subject that is self-aware. Through the arrangements of contingencies provided by the verbal community, which result in discrimination and description of characteristics understood by the subject as yours, are installed the behaviors that can be defined as "self-knowledge". It follows that, through this conceptual review, was reached the goal here proposed, to expose the author of this work to the treatment given by the Radical Behaviorism to self-knowledge. Thus it was possible to deepen his knowledge about major efforts which need to be put into effect for the teaching and maintaining of this type of behavior.

Keywords: behaviorism; self-knowledge; behavior.

Ao pensar no que e como vivemos e acerca do que fazemos em nosso cotidiano é comum questionarmos-nos sobre a possibilidade de previsão dos comportamentos das pessoas com as quais interagimos. Logo, nos surpreendemos com a constatação de que, ao nos relacionamos com o(s) outro(s), estamos sempre a analisar e interpretar seus comportamentos e, em última instância, construindo hipóteses e delimitações acerca de regularidades no conjunto de comportamentos por eles apresentados.

Esta prática corriqueira corresponde a um dos fatores que contribuem para que pensemos ser possível caracterizar a previsibilidade dos comportamentos destes indivíduos. Sendo ainda mais específico, o fato de nos empenharmos na observação, interpretação e delimitação da previsibilidade dos comportamentos apresentados por estes indivíduos tende a ser associado a uma espécie de “capacidade” de prever tais comportamentos.

Não nos lançamos nesta pesquisa (e as respectivas análises, interpretações, delimitações e construções de hipóteses que fazemos a partir desta observação) apenas quanto aos comportamentos do outro, mas, também, quanto aos nossos próprios comportamentos. E o objetivo de nos empenharmos neste tipo de pesquisa, acerca de uma suposta previsibilidade dos comportamentos das pessoas com as quais nos relacionamos, é também aprender sobre o nosso próprio comportamento. Conseqüentemente, através do aprendizado de como discriminar (observar, perceber, identificar) e expressar esta discriminação, por meio de relatos que descrevam as regularidades e os padrões de comportamentos apresentados pelos outros, é que se faz possível aprendermos também a prever e controlar nosso próprio comportamento.

Como consequência deste processo, devemos concordar com o que nos diz Skinner sobre o valor deste conhecimento de si envolvido no repertório comportamental comumente denominado “autoconhecimento”, ao afirmar que: “(...) Uma pessoa que se ‘tornou consciente

de si mesma' por meio de perguntas que lhe foram feitas está em melhor posição de prever e controlar seu próprio comportamento" (Skinner, 1974/1993, p. 31). Esse processo ocorre, segundo o pressuposto do Behaviorismo Radical, de maneira que a comunidade (contexto social) é que ensina os indivíduos, que dela fazem parte, a perceber (discriminar) e descrever (através de relatos descritivos ensinados por esta mesma comunidade verbal) o que, como, quando, onde e por que os indivíduos: sentem, percebem e se comportam, bem como as possíveis consequências que se seguem à apresentação destes comportamentos, ou seja, as consequências que fazem parte das contingências envolvidas na determinação dos comportamentos que estes indivíduos apresentam.

Consequentemente, é a ocorrência deste processo de aprendizagem, construído/determinado, por meio de contingências que são fornecidas pela comunidade verbal, que permite ao indivíduo conhecer as demais pessoas com as quais se relaciona, bem como conhecer a si mesmo. Para Skinner (1953/1998), nas diferenças quanto ao tipo, ou espécie, de conhecimento de si ensinado pela comunidade verbal aos indivíduos que dela participam, é possível perceber a relação entre a forma deste tipo de conhecimento e a maneira como a comunidade influencia neste processo, pois "a espécie de autoconhecimento representada pelo comportamento verbal discriminativo" é limitada pelas contingências que a comunidade verbal dispõe aos indivíduos que dela fazem parte (Skinner, 1953/1998, p. 285).

No entanto, isto ocorre em duas direções, da comunidade para o sujeito e do sujeito para a comunidade, uma vez que é através da descrição destas contingências que a comunidade passa a ter acesso ao que ocorre com o indivíduo. Além disso, é através de perguntas que os membros da comunidade fazem ao indivíduo, por exemplo: sobre o que este indivíduo faz, fez, está fazendo ou fará e sobre os por quês "deste fazer" e, se realmente este indivíduo quer fazer o que faz, além de perguntas sobre o que e como ele percebe o que ocorre dentro de si, ou melhor, sob sua pele, que este aprende a identificar e descrever as

contingências (ou fatores que participam das contingências) responsáveis pela determinação dos comportamentos que apresenta.

Como dito anteriormente, é através deste conhecimento que ela (a comunidade verbal) pode construir estratégias que lhe permitam ensinar aos demais indivíduos, que dela fazem parte, esta espécie de relato descritivo “sobre si” e “conhecimento sobre si mesmos”. Assim, a ocorrência de relatos descritivos sobre o conhecimento de si, dos indivíduos que fazem parte desta comunidade, é o que lhe possibilita construir estratégias (ver tópico 2.3) que funcionem no sentido de ensinar seus membros a apresentar estes tipos de relatos e conhecimentos sobre si mesmos.

Este posicionamento reflexivo acerca da influência de nossas inferências sobre nossos próprios comportamentos e sobre os comportamentos dos outros com quem nos relacionamos já ocorre durante grande parte da história da sociedade ocidental. Até onde se sabe, tais reflexões já ocorrem há mais de 2500 anos, e continuam até os dias de hoje, ainda que embasadas em diferentes entendimentos sobre o que é, e como funciona o ser humano que conhece, bem como sobre o que é, como ocorre, e quais os limites e possibilidades de tal ação, denominada conhecimento; e ainda como ocorre, e quais os limites e possibilidades do “conhecimento de si” também chamado “consciência de si” ou “autoconhecimento”.

Este trabalho tem como objetivo apresentar as principais formulações do Behaviorismo Radical sobre esta problemática – conhecimento de si e do outro. A princípio são explicitados no capítulo um (1) os pressupostos de tal abordagem teórico-filosófica, principalmente as idéias apresentadas por seu iniciador, Burrhus Frederic Skinner. Neste mesmo capítulo é apresentada, também, uma breve explanação sobre alguns dos pressupostos filosóficos da abordagem Behaviorista Radical. Faz-se ainda uma breve exposição de algumas definições dos principais conceitos utilizados nesta abordagem, em sua elaboração acerca do autoconhecimento. Trata-se de alguns conceitos utilizados na elaboração dos princípios

fundamentais desta teoria, a saber; comportamento, estímulos/estimulação, discriminação, conhecimento, ambiente, eventos comportamentais, repertório comportamental.

No capítulo dois são apresentadas as principais definições conceituais do que vem a ser, na teoria skinneriana, o tipo específico de repertório comportamental denominado “autoconhecimento”. Para tanto são apresentadas as principais formulações Behavioristas Radicais acerca do que significam os eventos sob a pele e a distinção entre o público e o privado e por que se considera necessário entender tais conceitos. São apresentadas também as principais formulações Skinnerianas sobre a delimitação dos fenômenos que ocorrem sob a pele do organismo, e sua relação com os comportamentos públicos (abertos) apresentados pelo sujeito; as definições de “ambiente”, tanto público quanto privado, e suas interrelações; as principais formulações sobre como o Behaviorismo Radical interpreta o conceito de “eu”; “consciência”; o que significa “conhecer”; “conhecer a si mesmo” ou “autoconhecimento”, bem como suas estratégias de produção e manutenção.

É importante ressaltar que os processos correspondentes a tais conceitos, tanto os apresentados no capítulo um quanto os do capítulo dois, não ocorrem de maneira estanque e fragmentada, mas na interação do organismo com o ambiente. Entretanto, apresentaremos uma análise sistematizada com objetivo de facilitar o entendimento do leitor.

No capítulo três, apresenta-se um debate crítico acerca do tratamento Skinneriano para o problema do autoconhecimento através da exposição de algumas reflexões de outros autores de orientação teórico-filosófica behaviorista radical, sobre os tratamentos dados por essa abordagem à problemática do autoconhecimento – consciência ou conhecimento de si mesmo.

Capítulo 1

Breve introdução ao Behaviorismo Radical

Neste capítulo faz-se uma breve explanação sobre alguns pressupostos filosóficos do Behaviorismo Radical, e uma breve exposição de algumas definições dos principais conceitos utilizados por esta teoria no tratamento da problemática do autoconhecimento, como por exemplo: comportamento, estímulos/estimulação, discriminação, contingências, reforço, ambiente, classe de respostas eventos comportamentais, repertório comportamental, análise funcional. Fala-se ainda de como o Behaviorismo Radical se articula com mais duas áreas formando um conjunto de campos interdependentes, que justificam e direcionam suas realizações teóricas, filosóficas e científicas: Análise Experimental do Comportamento e Análise Aplicada do Comportamento. E explica-se como o Behaviorismo Radical entende o ser humano.

1.1 O Behaviorismo Radical

Para começar, é importante discorrer sobre a origem do termo Behaviorismo. Trata-se de uma palavra de origem inglesa, que se refere ao estudo do comportamento – "Behavior", em inglês. Enquanto abordagem teórica surgiu no começo deste século como uma proposta para a psicologia e, desde seu início teve como objetivo tomar o comportamento como objeto de estudo, não como indicador de alguma outra coisa, ou seja, nesta maneira de estudar o comportamento, este não é considerado como indício da existência de alguma outra coisa que se expresse pelo ou através dele (Matos, 1995).

Como formulado por Skinner, o Behaviorismo Radical se refere a uma filosofia da Psicologia, que se ocupa do objeto de estudo (o comportamento dos organismos) e do método desta, enquanto ciência (De Rose, 1982; Machado, 1993) e segundo as afirmações de Abib (2001) além de uma filosofia da Ciência do comportamento, o Behaviorismo Radical, deve ser considerado também como uma Ciência, pois seu objetivo não é falar apenas sobre questões que pertencem ao âmbito restrito da Psicologia, mas também “sobre a natureza, produção e legitimação do próprio conhecimento científico” (Abib, 2001 em Neto, 2002, p. 13-18).

Como entendido por seu iniciador B. F. Skinner, o Behaviorismo Radical é uma filosofia que fundamenta uma prática científica de análise experimental do comportamento (ciência do comportamento) com o objetivo de, no futuro, substituir a própria psicologia. Trata-se de uma elaboração teórica que tem como meta tornar-se “(...) uma filosofia da psicologia, que se ocupa do objeto e do método desta ciência” (Neto, 2002, p. 13-18). Assim, esta formulação teórico-filosófica de filosofia da Psicologia, como construída por B. F. Skinner, é comumente denominada “behaviorismo radical” (De Rose, 1982). E a metodologia de análise científica do comportamento nela fundamentada é denominada “Análise Experimental do Comportamento” (Neto, 2002, p. 13-18).

O Behaviorismo Radical é uma filosofia da ciência do comportamento, fundamentada em pressupostos de correntes filosóficas como o pragmatismo segundo o qual o conhecimento científico deve proporcionar sua aplicabilidade prática (utilidade prática, instrumentalidade da teoria) e, do empirismo que implica na necessidade de as explicações científicas estarem pautadas na observação de fenômenos com dimensões físicas publicamente observáveis; do contrário uma teoria que se propõe tratar dos fenômenos que não possam ser observados publicamente, poderá apresentar explicações pautadas apenas em inferências acerca destes fenômenos.

Ou seja, esta fundamentação no empirismo implica na afirmação de que as considerações apresentadas no Behaviorismo Radical, quanto aos fenômenos que não permitem este tipo de observação direta, são apenas interpretações inferenciais sobre sua ocorrência. Porém, considera que tanto os fenômenos que são publicamente observáveis, como os que não o são, têm a mesma natureza física, diferindo apenas quanto à sua acessibilidade.

Quanto à relação entre os princípios empiristas e pragmatistas na fundamentação da teoria Behaviorista Radical, Tourinho (1995) expõe a vinculação entre os pressupostos destas teorias, através de considerações apresentadas por Abib (1985) sobre a subordinação do empirismo ao pragmatismo, da seguinte maneira:

(...) é o interesse na previsão e controle do comportamento que dirige a atenção de Skinner para fenômenos que possam ser observados diretamente, pois como tal serão passíveis de manipulação e mensuração e, portanto, de previsão e controle. (...) São os interesses pragmáticos de Skinner que o vinculam a um empirismo cuja meta principal é a descoberta de leis experimentais que relacionam o comportamento às contingências de reforço (Abib, 1985, p.103 em Tourinho, 1995, p. 87).

Podemos entender de forma mais clara e resumida o que foi dito anteriormente sobre esta característica da abordagem Behaviorista Radical, ou seja, sobre a implicação do pressuposto empírico no estudo de fenômenos de caráter físico, e a possibilidade de estudo de eventos sob a pele também físicos, ainda que não-observáveis diretamente, enquanto parte da determinação da probabilidade de apresentação dos comportamentos, por meio desta afirmação de De Rose:

O behaviorismo radical assenta-se sobre a negativa ontológica da existência de eventos imateriais, sem dimensões físicas, que se passem em um mundo

não-físico. Sua premissa básica é, portanto, a de que só existem eventos materiais ocorrendo em um universo físico. Isto não leva Skinner a descartar enunciados sobre os eventos mentais. Eles podem ser, em alguns casos, reinterpretados como descrições de eventos físicos, ou de relações entre eventos físicos, enquanto em outros casos devem ser tomados como metáforas. Grande parte da obra recente de Skinner é uma tentativa de interpretar os eventos denominados mentais como fenômenos materiais envolvendo relações entre comportamento e ambiente (De Rose, 1982).

O Behaviorismo Radical se articula com mais duas áreas formando um conjunto de campos interdependentes, que ao se entrecortarem, justificam e direcionam suas realizações teóricas, filosóficas e científicas – Behaviorismo Radical, Análise Experimental do Comportamento e Análise Aplicada do Comportamento. É importante ressaltarmos que estas três sub-áreas encontram-se inter-relacionadas em um processo contínuo de alimentação recíproca, de maneira a não existirem de forma autônoma e estratificada (Tourinho, 1999; Neto, 2002).

A composição deste conjunto encontra-se estruturada de maneira que suas intervenções correspondam à área mais ampla denominada de Análise do Comportamento fundamentada nos princípios teórico-filosóficos apresentados pelo que é chamado de Behaviorismo Radical. A parte empírica de pesquisa deste conjunto corresponde à área que é denominada Análise Experimental do Comportamento. Em seu conjunto, estas realizações fundamentam e constituem as ações destinadas à criação e administração de recursos de intervenção social, o que recebe a denominação de Análise Aplicada do Comportamento (Tourinho, 1999; Neto, 2002).

1.2 Análise do Comportamento

A sub-área denominada Análise Experimental do Comportamento compreende um conjunto de realizações encarregadas da manipulação, produção e validação de dados empíricos na ciência do comportamento (Neto, 2002). Nas palavras de Donahoe (2004): “a análise experimental está restrita àquelas situações nas quais todas as variáveis comportamentalmente relevantes são manipuláveis, controláveis, ou mensuráveis” (Donahoe, 2004 em Tourinho, 1995, p. 84).

O termo “analítico” se refere ao fato de o objetivo dessa ciência encontrar-se vinculado a uma tradição reducionista¹ e indutiva, esta opção metodológica implica em sua tentativa de acesso do todo, em toda sua complexidade, por meio de investigações minuciosas e sistemáticas de suas partes. No entanto, suas investigações não tem como finalidade manter os aspectos estudados em separado, em sua simplicidade e desconectados da realidade contextual responsável por sua ocorrência, e sim o avanço gradativo rumo ao todo em sua complexidade. Este recorte analítico das partes tem como objetivo capacitar o analista do comportamento a “ampliar o número de variáveis estudadas e entender como se dá a interação entre o maior número possível desses eventos” de maneira a tornar possível a identificação de regularidades do sistema complexo que é o comportamento como um todo (Neto; 2002, p. 13-18).

E o termo “experimental” corresponde à produção do conhecimento de forma empírica através do planejamento da manipulação de variáveis em um contexto controlado, simplificado e artificial, de maneira a possibilitar aos analisas do comportamento trabalharem

¹ De modo sucinto, para Sloane (1945 citado em Carrara 1988/2005), o reducionismo pode ser definido “como a tentativa de explicar um todo complexo de inter-relações em termos de seus elementos simples ou de elementos componentes de um nível inferior do fenômeno” (Sloane, 1945, p. 217, citado em Carrara 1988/2005, p.156). Segundo Carrara (1988/2005) o behaviorismo em geral compartilha de alguns pontos de vista que podem ser utilizados na demarcação desta filosofia do comportamento como “um visão parcial, simplista e superficial do seu objeto de estudo, o comportamento, em si só uma representação redutiva de tudo que pode se passar no organismo enquanto age” (Carrara, 1988/2005, p.161). De acordo com este autor: “Se, por um lado, uma unidade mínima de análise é necessária – a resposta –, por outro o alinhavo que o behaviorismo radical faz da rede de relações intra e intercomportamentais é ainda deficiente” (Carrara, 1988/2005, p.165).

no sentido de identificar relações funcionais correspondentes às maneiras como as variáveis antecedentes e conseqüentes afetam as freqüências de uma classe de respostas (1999, citado em Neto).

Segundo Lopes (1999, citado em Neto, 2002), estabelecer estas relações funcionais é a principal tarefa dos pesquisadores no laboratório. E ainda que a investigação realizada através do método experimental não seja, o único modo para a descoberta dos princípios do comportamento, é esta a principal maneira utilizada, pelos Behavioristas Radicais, na fundamentação de suas interpretações acerca das regras de funcionamento da ação dos organismos.

De acordo com Matos e Malerbi (1992), por meio da análise do comportamento é possível analisar a história individual do organismo a partir do estudo das relações entre os comportamentos por ele apresentados e as conseqüências contingentes a tais comportamentos, tanto os ocorridos no passado como os atuais. Assim, este tipo de análise constitui o instrumental utilizado para se entender porque um organismo comporta-se de uma determinada maneira.

De acordo com De Rose, o programa experimental skinneriano tem como objetivo principal buscar leis gerais que compreendam o processo de relação entre ambiente e comportamento. E embora tais leis tenham um caráter de generalidade com aplicação a todos os indivíduos da espécie, os processos que elas descrevem ocorrem de maneira peculiar em cada indivíduo tanto no geral como no particular, o que permite aos analistas do comportamento “revelar como as relações entre comportamento e ambiente se processam para indivíduos concretos” (De Rose, 1982).

O conhecimento das variáveis que afetam o sistema inteiro tem como objetivo a descoberta das regularidades dos eventos comportamentais. Tal conhecimento possibilita aos analistas do comportamento ampliar o âmbito de precisão de suas previsões acerca destes

comportamentos, o que permite a criação e utilização de técnicas e tecnologias destinadas à previsão de eventos comportamentais particulares. Assim, o problema da imprevisibilidade do comportamento é uma questão que corresponde aos limites do conhecimento atual sobre ele (Skinner, 1953/1965; Bacharach, 1965/1975 em Neto; 2002).

Segundo Tourinho (1995) as relações comportamentais estudadas pelo Behaviorismo Radical correspondem a relações entre as ações do homem e os eventos do mundo físico e social com o qual ele interage. Tais interações são assumidos como fatores constitutivos destas relações comportamentais e possibilitam especificar a função que estes desempenham em relação uns aos outros. Assim, quando um analista do comportamento afirma que seu objeto de estudos é o comportamento, está se referindo a uma relação funcional entre ações e eventos do mundo físico e social, ou, na sua terminologia, a uma relação funcional entre respostas e estímulos.

Ao analisar as relações comportamentais, o analista do comportamento compreende o ambiente como exercendo função sobre o comportamento humano. E o recorte efetuado pela delimitação do tipo de variáveis que compõem tal ambiente corresponde à caracterização deste enquanto físico, social, histórico, contemporâneo, público ou privado, conhecido ou desconhecido. Entende como necessário considerar todas estas variáveis ambientais ao analisar como ocorre a determinação das relações do homem com o mundo. No entanto, é necessário ressaltarmos a necessidade de análise destas variáveis, mesmo quando os eventos do mundo que o afetam pareçam não estar presentes; ou melhor, mesmo que o analista do comportamento ainda não tenha conhecimento suficiente, sobre tais variáveis, que permita identificá-los (Tourinho, 1995).

Este processo de identificação das relações funcionais entre indivíduo e ambiente denominado, no Behaviorismo Radical, como análise funcional, em um contexto, corresponde a “uma investigação (experimental) sistemática de relações indivíduo-ambiente. Em outro, ele

se apresenta como recurso” de intervenção utilizado pelos analistas do comportamento (Tourinho, 1995, p.85). Pode-se afirmar, inclusive, que o analista do comportamento “busca sempre análises funcionais das relações indivíduo-ambiente e, que os métodos que fundamentam suas descrições variam dependendo do problema para o qual se volta” e também das condições sob as quais estes realizam seus trabalhos (Tourinho, 1995, p. 86).

Como afirma Tourinho (1995) o compromisso dos analistas do comportamento com a perspectiva relacional é o que define o que tem valor como recurso por eles utilizados, em se tratando de alcançarem seus objetivos de investigação dos fenômenos psicológicos (Tourinho, 1995, p. 84-85). Neste sentido, a delimitação das possibilidades a serem alcançadas no desenvolvimento da análise do comportamento enquanto sistema psicológico refere-se a sua perspectiva relacional de interpretação dos fenômenos de ordem psicológicos (Tourinho, 1995).

Tourinho (1995) sugere que tal perspectiva relacional é o que delimita o alcance do projeto Behaviorista Radical, de uma psicologia como ciência do comportamento. Quanto a isso, ressalta que os desdobramentos no desenvolvimento da análise do comportamento referem-se ao fato de se privilegiar mais essa perspectiva relacional de interpretação dos fenômenos, que a ênfase em investigações científicas (Tourinho, 1995).

A análise do comportamento deve se valer da interpretação como método. Esta deve estar subordinada ao arcabouço conceitual construído com o suporte da investigação empírico-experimental. E utiliza-se desta como ferramenta no tratamento de fenômenos “com alto grau de complexidade, que não se mostram acessíveis à investigação experimental” (Tourinho, 1995, p. 84-85).

Tais eventos são, então, abordados e interpretados como relações comportamentais e, descritos através da utilização dos conceitos “validados na investigação empírica de fenômenos menos complexos”. E a validação destas interpretações depende do fato de não

apresentarem-se em conflito com a investigação das relações comportamentais. Em vista disso, não devem favorecer a restauração da utilização de explicações e descrições dos comportamentos enquanto pautadas em entidades do/no indivíduo como unidade de análise (Tourinho, 1995).

1.3 Análise aplicada do comportamento

As realizações na sub-área Análise Aplicada do Comportamento se prestam à intervenção planejada dos analistas do comportamento. Assim referem-se (situam-se nesta, advém de) a esta sub-área “as práticas profissionais mais tradicionalmente identificadas como psicológicas”, além de outras intervenções que tenham como objetivo a explicação e mudança de comportamentos, como por exemplo educacional, organizacional etc. Nas palavras de Neto (2002) as principais funções desta sub-área são: (1) manter o contato com o que ocorre na interações cotidianas entre o sujeito e ambiente e alimentar os pesquisadores da área com problemas comportamentais do cotidiano das pessoas; e (2) “mostrar a relevância social de tais pesquisas e justificar sua manutenção e ampliação da área como um todo” (Neto, 2002, p. 13-18).

Então, esta sub-área encontra-se compromissada com uma proposta de “melhoria da vida humana”, e seu funcionamento apresenta-se como um “eficiente aferidor das conseqüências práticas prometidas”. É importante ressaltar, ainda, que a produção de tecnologia por ela apresentada funciona também no sentido epistemológico, de maneira a preencher o critério pragmatista sobre a aplicabilidade do conhecimento científico, na medida que torna capaz a descrição e o funcionamento de técnicas de manipulação dos eventos com mais acuidade e qualidade de maneira a permitir que esta sub-área se apresente em “melhores condições de produzir alterações mais precisas sobre” tais eventos. Segundo Neto (2002),

Skinner defendia a necessidade de os analistas do comportamento utilizarem como um dos critérios para a avaliação da veracidade de suas asserções sobre os fenômenos comportamentais, a possibilidade e “capacidade de gerar uma efetiva tecnologia comportamental” (Neto; 2002, p. 13-18).

Enquanto características pertinentes a uma delimitação das ações da Análise aplicada do comportamento, como ramo tecnológico da Análise do comportamento, Neto (2002) apresenta as seguintes características :

O modo de examinar o mundo a ser alterado, que técnicas adotar para mensurar o comportamento alvo, por que adotar medidas comportamentais precisas, por que mudar o comportamento seria a essência desta ferramenta psicológica, e ainda, quais conceitos utilizar nessa leitura do mundo real, seriam todas práticas ligadas ao Behaviorismo Radical e/ou a Análise Experimental do Comportamento (Neto, 2002, p. 13-18).

1.4 Definições dos principais conceitos do Behaviorismo Radical

Ao analisar as condições que controlam a probabilidade de apresentação dos comportamentos dos organismos, utiliza-se na abordagem Behaviorista Radical, do conceito de “nível de seleção”. Esta ferramenta conceitual refere-se ao conjunto de diferentes fatores inter-relacionados com a ocorrência dos eventos comportamentais apresentados pelo organismo. Dessa forma, ao discorrer, por exemplo, sobre as variáveis componentes do contexto com o qual o organismo se relaciona (ambiente), aborda a histórica de exposição deste organismo às contingências ambientais, variáveis definidas pelos analistas do comportamento como componentes do nível de seleção ontogenético. Quanto aos arranjos de contingências constituídos socialmente define-os como componentes do nível de seleção

cultural. Já quanto às características anátomo-fisiológicas do organismo, e sua susceptibilidade às contingências de reforço são definidas como componentes do nível de seleção filogenética. Em vista disso, podemos dizer que de acordo com esta teoria as probabilidades de apresentação de um dado comportamento são determinadas pela maneira como são arranjadas as variáveis que exercem função de controle sobre os comportamentos, nestes níveis de seleção apontados anteriormente. É importante ressaltar que não se pode afirmar que este comportamento seja causado por qualquer um deles em separado, nem por seu conjunto, mas que a probabilidade de ocorrência deste comportamento é determinada pela conjunção destes fatores. Pois não se está a falar aqui da determinação do comportamento, mas da determinação das probabilidades de ocorrência deste (Skinner, 1953; Matos, 1995; Neto; 2002; Machado, 1993).

Em outras palavras, o comportamento é entendido, no Behaviorismo Radical, como produto de três tipos de processos de seleção que permitem a explicação de amplos repertórios comportamentais que são característicos da espécie humana: a seleção natural, o condicionamento operante, e a evolução das contingências sociais do comportamento, que chamamos de culturas. Skinner (1989/1991) afirma que os termos utilizados para designar o comportamento individual dependem do tipo de seleção em que se foca a análise. Neste sentido “a seleção natural propicia-nos o organismo, o condicionamento operante, a pessoa; e a evolução da cultura permite a existência do eu” (Skinner, 1989/1991, p.44). Há um conjunto de variáveis que são delimitadas e definidas como responsáveis pela determinação das características comportamentais do indivíduo, conforme nos fala Machado (1993):

As variáveis ambientais que exercem sua determinação ao longo da história do organismo enquanto membro de uma espécie (o comportamento de um organismo é determinado filogeneticamente e é produto da seleção natural), enquanto indivíduo (o comportamento de um organismo é determinado

ontogeneticamente e é produto do condicionamento operante) e enquanto membro de uma cultura (o indivíduo se comporta da maneira que foi ensinado, isto é, de acordo com as contingências de reforçamento mantidas pelo grupo). Em todas as instâncias, o modo de ação do ambiente é a seleção pela consequência (Machado, 1993).

Assim, como variável filogenética fundamental na apresentação e manutenção dos comportamentos do organismo, deve-se considerar a suscetibilidade aos esquemas de reforço (organismo). A história de exposição às contingências que determinam o comportamento do organismo constitui o conjunto de fatores ontogenéticos (o indivíduo). E o conjunto de comportamentos aprendidos, costumes e valores compartilhados e transmitidos pelos participantes de um grupo, transmitidos de geração em geração enquanto arranjos de contingências constituídos e mantidos no meio social correspondem ao que comumente chamamos de herança cultural.

Em síntese, a interpretação behaviorista radical se propõe a estudar os fatores correspondentes à realidade vivida ou experienciada pelo indivíduo. Os principais focos ou objetos de estudo da análise do comportamento são abordados através da utilização do conceito de “contingências” como correspondente a todos estes processos relacionais que compõem a realidade como experienciada pelos indivíduos. Assim, de acordo com as afirmações de Lopes e Abib (2002): “De modo geral, não há nada além das contingências, cada indivíduo tem sua própria experiência (realidade), (...); ela refere-se às contingências, às quais o indivíduo foi e está sendo exposto durante sua vida.” (Lopes & Abib, 2002, p.130).

Assim, no Behaviorismo Radical o comportamento é entendido como controlado pelo ambiente, o que significa duas coisas em específico: primeiro que o ambiente modela e mantém repertórios de comportamento; segundo que serve como ocasião que torna provável a ocorrência do comportamento. Tais características fundamentam a utilização do conceito

“operante”, na explicação dos repertórios comportamentais apresentados pelos organismos. Skinner (1989/1991) aponta algumas explicações sobre os equívocos comumente empregados na utilização e entendimento do conceito de operante:

Dizemos que reforçamos uma resposta quando tornamos um reforçador contingente a ela, mas não alteramos essa resposta em particular. O que reforçamos, no sentido de fortalecer, é o operante, a probabilidade de que respostas similares venham a ocorrer no futuro (...). Um operante é uma classe de respostas, não uma instância, mas é também uma probabilidade (Skinner, 1988/1991, p. 55).

Os diversos intercâmbios entre o organismo e o seu mundo são tratados, no Behaviorista Radical, como “comportamento”. Este termo, conforme utilizado nesta teoria, designa um conjunto de ações ocorridas em espaço e tempo determinados, que funcionam no sentido de promover a interação do organismo com o ambiente em que interage. Tais comportamentos são “em si mesmos”, o objeto de estudo dos exames efetuados na Análise do Comportamento, e correspondem à interação entre um organismo fisiologicamente constituído (enquanto equipamento anátomo-fisiológico que apresenta sob sua pele a ocorrência de eventos fisiológicos) e o ambiente com o qual interage.

De acordo com os pressupostos do behaviorismo radical o conhecimento acerca dos eventos que ocorrem sob a pele do organismo não pode ser utilizado como explicação causal dos comportamentos, visto que tais eventos correspondem apenas a outras tantas funções biológicas a serem explicadas e, ainda que haja interação entre essas funções do organismo e o comportamento, tal relação não pode ser considerada como de causalidade. O comportamento é então entendido como multideterminado por um conjunto de aspectos da situação atual em interação correspondente com a história de exposição às contingências, que compõe o que se denomina a história de vida do indivíduo (De Rose, 1982).

Ao se lançar na construção de interpretações dos fatores que exercem função de controle na determinação do comportamento, os analistas do comportamento trabalham no sentido de descrever não só o “comportamento em si”, pois falar do comportamento implica discorrer acerca de relações funcionais entre os comportamentos apresentados pelo indivíduo e o ambiente – isto é, relações entre discriminações de mudanças na realidade observada e descrições das condições nas quais essas mudanças ocorrem (Matos, 1995).

No estudo dos processos comportamentais, Skinner entende o comportamento como uma função biológica do organismo vivo, determinado por um conjunto de inter-relacionamentos entre variáveis, que exercem função de controle sobre as probabilidades de apresentação e ocorrência deste comportamento (Matos, 1995; Lopes & Abib; 2003). É necessário ressaltarmos que Skinner descarta a classificação destes comportamentos com base apenas nas topografias ou formas de ocorrência destes. Lida-se sempre com inter-relações entre organismo e ambiente.

Assim o conceito de ambiente corresponde tanto aos estímulos antecedentes que compõem o cenário atual, quanto tudo o mais que afeta o indivíduo e seu comportamento (estímulos antecedentes, comportamentos, e estímulos consequentes – ou seja, as contingências) (Lopes & Abib, 2002). No entanto, a distinção entre organismo e ambiente é apenas uma delimitação que pretende facilitar a análise e serve a fins didáticos. Pois, na verdade, organismo e ambiente são indissociáveis, conseqüentemente, não há um sem o outro.

Isto ocorre também em relação ao conceito de “estímulo” e de “resposta”. Ou seja, também não podemos efetuar esta espécie de separação entre o que se refere a estes dois conceitos a não ser para fins didáticos e de análise. Os fatores delimitados por tais conceitos encontram-se inter-relacionados, e a relação entre eles (contingência) é o dado inicial.

Assim, não tem sentido falarmos em um organismo dissociado de um ambiente, tampouco de um estímulo sem resposta, ou uma resposta sem estímulo (Matos, 1995; Lopes

& Abib, 2002). Como afirma Matos: “à medida em que organismo depende do ambiente, e vice versa, qualquer tipo de separação não pode ser nítida ou precisa” (Matos,1995).

Contudo, as formulações acerca das interações entre um organismo e o seu meio devem especificar o que Skinner (1969/1975) chama de contingências de reforço. Estas correspondem à inter-relação entre três aspectos envolvidos na determinação das probabilidades de ocorrência do comportamento. São eles: (1) a situação antecedente (“a ocasião na qual a resposta ocorre”); (2) o comportamento (“a própria resposta”); e (3) a situação consequente (“as conseqüências reforçadoras da resposta”) (Malerbi, & Matos, 1992; De Rose, 1982).

De acordo com De Rose (1982), o tratamento dado ao comportamento operante visa capturar a relação entre as respostas apresentadas pelo organismo e as conseqüências decorrentes da ocorrência destes comportamentos sem, no entanto, comprometer-se com uma fórmula teleológica² de explicação desta relação contingencial. Sendo que as noções fundamentais na fórmula de Skinner para o alcance desta meta são as de operante e reforço.

A definição de “reforço” é baseada na idéia de taxa ou frequência de respostas pertencentes a um operante. Trata-se de eventos que, ao se tornarem contingentes a respostas de uma dada classe, aumentam a frequência subsequente de respostas da mesma classe (De Rose, 1982).

Os analistas do comportamento trabalham no sentido de identificar e analisar diversos conjuntos de “classes de respostas funcionalmente relevantes” de acordo com as contingências de reforço. Tais respostas são agrupadas quanto à sua “equivalência” funcional,

² Este termo teleológico condiz a um pressuposto filosófico em que se pretende indicar o fim (finalidade) das coisas. Este princípio encontra-se relacionado à doutrina filosófica denominada finalismo a qual admite a causalidade do fim, no sentido de que o fim é a causa total da organização do mundo o que implica em duas teses principais: 1) “o mundo está organizado com vistas a um fim”; e 2) “a explicação de qualquer evento do mundo consiste em aduzir o fim para o qual esse evento se dirige” (Abbagnano, 1971/1998, pg. 457). No Behaviorista Radical o organismo não apresenta tais e tais comportamentos “por causa de um fim” ou motivado por algum fim último decorrente de sua ação, e sim por ter aprendido a apresentar estes comportamentos diante de determinadas circunstâncias, de acordo com toda sua história de condicionamento, que é conseqüência de sua história de exposição às contingências durante toda sua história de vida.

que é garantida por uma relação comum entre as respostas de uma mesma classe e um mesmo tipo de reforço a elas contingente – um reforço que mantenha a probabilidade de ocorrência de outras respostas, ainda que apenas semelhantes à primeira em alguma dimensão. A este conjunto (classe) de respostas que apresentam uma propriedade em comum, à qual o reforço é contingente, corresponde o conceito de operante (De Rose, 1982).

A construção deste processo de equivalência entre as respostas de uma mesma classe não se dá a partir da ocorrência de uma única resposta (ou instância comportamental) seguida por reforço, pois este fato isolado não permite a formação de uma classe de respostas. Para tanto, é necessária uma sequência de respostas, de modo que a relação de contingência extraia e diferencie um operante, de todo um fluxo comportamental, ao qual o reforço é contingente. E tais respostas ao invés de serem definidas por sua forma (topografia), são definidas quanto à “sua relação com a consequência”. Assim, de acordo com De Rose (1982), o operante corresponde a uma espécie de “categoria que sofreu um processo de diferenciação que lhe confere uma relação especial com o meio”; na qual pode-se incluir comportamentos de diferentes topografias que, no entanto, foram tornados funcionalmente intercambiáveis como consequência de sua relação comum com o ambiente (De Rose, 1982).

Para Catania (1999) um operante corresponde “a uma classe de respostas modificáveis pelas consequências das respostas da classe. Ele é definido pela relação entre as consequências e o responder subsequente”. Este autor considera necessário ressaltar que esta definição corresponde ao entendimento de que “uma classe de respostas não é um operante até que sua modificabilidade tenha sido demonstrada” (Catania, 1999, p. 412).

Porém é importante ressaltar que não só as respostas são analisadas em termos de classes funcionais, mas também o ambiente. Ao interpretar a ocorrência de todos estes eventos que participam na composição do processo comportamental chega-se, então, à delimitação do conceito de “relações comportamentais” que se refere às relações entre classes

de respostas e classes de estímulos com funções semelhantes. Nesta delimitação, agrupam-se conjuntos de eventos distintos que, no entanto, são interpretados como participando na determinação das relações comportamentais na medida que ocorram alguns processos de inter-relação entre tais conjuntos (classes) de eventos. Segundo Tourinho (1995):

As relações comportamentais são relações entre classes de estímulos e classes de respostas, definidas por suas funções, e não por eventuais propriedades formais, o que torna seu objeto ainda mais “fluido e evanescente”, para usar expressões de Skinner (1953/1965). Ações que de um ponto de vista físico (topográfico) são muito diferentes podem ter uma mesma função no contexto de determinadas relações (compondo uma mesma classe de respostas), assim como uma mesma ação pode ter funções diversas em contextos diferentes (compondo classes de respostas diferentes) (Tourinho, 1995, p. 83).

Costuma-se definir o processo de análise destes fatores envolvidos na determinação dos comportamentos como “análise funcional”. Trata-se de um processo de análise das relações funcionais entre o comportamento do indivíduo e o ambiente – relações que determinam as probabilidades de apresentação dos comportamentos –, como efetuado por analistas do comportamento que trabalham, então, no sentido de identificar (discriminar) as relações funcionais (Tourinho, 1995).

O uso do conceito “análise funcional”, no Behaviorismo Radical corresponde tanto a uma investigação (experimental) sistemática de relações indivíduo-ambiente, quanto a um recurso de intervenção na Análise Aplicada do Comportamento (que será vista a seguir). Tais relações são construídas a partir da identificação de mudanças nas probabilidades de ocorrência dos comportamentos que procuramos entender. Correspondem à relação entre mudanças tanto nas conseqüências, como nos ambientes (contextos) (Matos, 1995).

1.5 Como o Behaviorismo Radical vê o ser humano

Na interpretação de senso comum, uma pessoa percebe o mundo existente ao seu redor e age de acordo com esta percepção. Mas para o Behaviorista Radical, tal percepção é, em si, uma consequência, ou produto, das diversas exposições deste sujeito a um conjunto de contingências de reforçamento adequadas a esta percepção (discriminação). Ou seja, aprendemos a fazer tais discriminações, ou melhor a perceber os estímulos, e aprendemos a responder às coisas de uma maneira determinada, como consequência da participação destas nas contingências às quais somos expostos (Skinner, 1971/1983).

São as contingências culturais que estimulam estas percepções e os pensamentos a elas relacionados, o que ocorre através do estabelecimento de contingências de reforçamento fornecidos pela comunidade verbal. E a percepção e o conhecimento são, então, produtos do ambiente na medida que surgem como consequência do fornecimento de contingências verbais apresentadas pelos membros da comunidade verbal (Skinner, 1971/1983).

A comunidade verbal nos ensina a fazer tais discriminações através de um tipo específico de arranjo de contingências que denominamos de “reforçamento diferencial”³. Ensina técnicas que podemos utilizar para solucionar uma diversidade de problemas. Para Skinner (1971/1983, p. 146), é “o ambiente que constrói o comportamento com o qual se resolvem os problemas”, entendendo-se aqui ambiente como tudo aquilo que afeta o comportamento do sujeito, de maneira a influenciar tanto a exposição deste às contingências, como o controle dos comportamentos desse sujeito por tais contingências. E são as

³ O termo Reforçamento Diferencial corresponde a um processo de condicionamento em que diante de um dado estímulo e/ou circunstância alguns comportamentos apresentados pelo organismo são reforçados e outros não. Segundo Catania (1999) o reforçamento diferencial corresponde ao “reforço diferencial de algumas respostas, mas não de outras, dependendo das propriedades das respostas como a intensidade, as propriedades temporais, topográficas ou outras (incluindo os estímulos na presença dos quais elas são emitidas)”. E segundo este autor é este reforço diferencial o que define as classes operantes, e “quando a proporção de respostas dentro dos limites da classe operante aumenta como resultado do reforço diferencial, o responder é denominado diferenciado” (Catania, 1999, p. 418-419).

“exposições às contingências de reforçamento ocorridas em toda a história pessoal do indivíduo (...) que fazem com que a pessoa se torne e se transforme no que ela é” (Skinner 1971/1983, p. 147).

A comunidade também nos fornece um conjunto de regras que permitem que não tenhamos de nos expor às contingências (das quais as regras são derivadas) para aprendermos a apresentar os comportamentos adequados a cada tipo de circunstância (Skinner, 1971/1983). Quanto a estas regras apresentadas pela comunidade verbal Skinner comenta que: “adquirimos uma espécie de conhecimento a partir do comportamento verbal dos outros, que pode ser extremamente valioso por nos possibilitar evitar uma exposição direta às contingências” (Skinner, 1971/1983, p. 142).

Está na própria natureza de uma análise do comportamento humano uma visão de homem como um corpo vivo determinado filogeneticamente, em termos de sua suscetibilidade a contingências de reforçamento que tornaram possível que este seja afetado pelas contingências presentes nas experiências que compõem sua história de vida (ontogenética), inclusive os arranjos de contingências fornecidos pelo contexto cultural que determinam as interações deste e de seus demais membros (Skinner, 1971/1983).

Para o Behaviorismo Radical o ser humano corresponde a um corpo (organismo) que é “uma pessoa, no sentido de que dispõe de um repertório complexo de comportamento” (Skinner, 1971/1983, p. 149). Para Skinner, esta pessoa é um membro da espécie que passou por um processo de modelagem pelas “contingências evolucionárias que a mantêm sob o controle do ambiente no qual ela vive, e (...) sob o controle do ambiente social que ela”, e muitos outros participantes da mesma comunidade verbal da qual ela participa, “construíram e preservaram durante a evolução de uma cultura” (Skinner, 1971/1983, p. 157).

No entanto é importante ressaltar que a cultura não existe enquanto desvinculada do comportamento dos indivíduos que mantêm suas práticas, ou seja encontra-se inter-

relacionada aos comportamentos dos indivíduos que controla. Estes, à medida que se comportam, conseqüentemente atuam sobre o ambiente e são modificados pelas conseqüências de seus comportamentos. Estes sujeitos então, ao se comportarem de acordo com tais contingências sociais presentes na cultura da qual fazem parte, também as mantêm. Segundo Skinner (1971/1983, p. 156): “É sempre um indivíduo que se comporta, atua sobre o ambiente e é modificado pelas conseqüências de sua ação, e mantém as contingências sociais que constituem uma cultura”.

Capítulo 2

Autoconhecimento na proposta Skinneriana

Neste capítulo são apresentados os principais conceitos utilizados na definição sobre o que é e como se estabelece o repertório comportamental denominado autoconhecimento, como apresentado pela teoria Behaviorista Radical. E as principais formulações skinnerianas sobre a delimitação dos fenômenos que ocorrem sob a pele do organismo, sua relação com os comportamentos públicos (abertos) apresentados pelo sujeito e por que se deve entender o conceito de eventos sob a pele e a distinção entre público e privado. Para tanto, serão apresentadas as definições de “ambiente”, tanto público quanto privado, e suas interrelações. O capítulo é dividido em subtópicos que abordam um conjunto de conceitos de maneira a facilitar o entendimento destes. Porém, é importante ressaltar que os processos correspondentes a tais conceitos não ocorrem desta maneira estanque e fragmentada e sim de forma integrada.

2.1 Eventos sob a pele – o privado e o público na teoria de Skinner

2.1.1 O que significa “público” versus “privado” no Behaviorismo Radical.

Na teoria Behaviorista Radical, faz-se a distinção entre processos e estimulações públicas e privadas, como maneira de distinguir alguns dos processos que ocorrem sob a pele dos organismos⁴, portanto inacessíveis à observação pública direta, e os eventos que ocorrem

⁴ Enquanto eventos sob a pele têm-se os eventos internos que correspondem a conjuntos de estímulos internos (ou estimulações anátomo-fisiológicas denominadas sensações corpóreas), por exemplo: dor, calor, frio, privação (sede e fome), saciação, excitação sexual etc; e eventos comportamentais encobertos ou simplesmente comportamentos encobertos por exemplo: o pensar (enquanto comportamento verbal sub-vocal), a perceber,

no ambiente externo e que são passíveis de observação pública direta (consequentemente de comprovação empírica). Além destas estimulações são denominados privados ou encobertos alguns comportamentos do organismo que ocorrem sob a pele. Esta delimitação conceitual refere-se não a uma distinção sobre a natureza e localização dos eventos que ocorrem sob ou sobre a pele, mas à diferenciação quanto à acessibilidade versus inacessibilidade destes. Afinal, tanto os eventos privados como os eventos públicos são entendidos como fenômenos de natureza física – esta distinção entre eventos públicos e privados, e afirmação da natureza física dos mesmos, é apontada por Tourinho (1995) como uma questão problemática nas formulações Skinnerianas, o que denomina como uma insistência de Skinner na categoria da privacidade enquanto uma instância inacessível (ver capítulo 3, p. 48).

Assim, os eventos que ocorrem no mundo privado (delimitados aqui por: “eventos sob a pele do organismo”) são entendidos, por Skinner, como físicos. Porém, estes eventos não são passíveis de afetar o ambiente mecânico e social com o qual o indivíduo interage. E uma característica importante, porém complicadora da análise de tais eventos é o fato de estes serem inacessíveis à observação pública direta. Decorre, então, desta inacessibilidade ou dificuldade de acesso destes eventos que sejam possíveis apenas duas maneiras de o observador saber sobre a ocorrência destes eventos, que são as seguintes: acreditar nos relatos auto-descritivos (sobre a ocorrência destes) apresentados pelos organismos, os quais observa, ou ainda, fazer inferências sobre suas ocorrências.

imaginar, fantasiar, ver na ausência da coisa vista etc. – estes são eventos privados que podem ser tornados públicos a partir do momento que o sujeito os expressa (relata) para outros membros da comunidade verbal da qual faz parte. Segundo Skinner (1953/1998) “Costuma-se distinguir entre dois tipos de estimulação interna”:, (1) estímulos *interoceptivos* que “originam-se principalmente nos sistemas digestivos, respiratório e circulatório. Estômago cheio ou inflamado, estômago contraído pela fome, cálculos no ducto biliar, contrações ou relaxamento de pequenos vasos sanguíneos no corar e no empalidecer, e batimentos cardíacos acelerados geram estímulos interoceptivos” (principais estímulos aos quais se reage quando se “sente uma emoção”); e (2) os “estímulos *proprioceptivos*, que “são gerados pela posição e pelo movimento do corpo no espaço e pela posição e movimento de partes do corpo em relação às outras partes”. (1953/1998, p.286).

Quanto a esta segunda maneira, indireta (por meio de inferências), de saber sobre os eventos que ocorrem sob a pele do indivíduo, são apresentadas por Skinner quatro estratégias que serão analisadas posteriormente, no tópico 2.3 deste mesmo capítulo. Adianta-se aqui que estas estratégias são utilizadas e modeladas pela comunidade verbal com a qual o organismo interage, e posteriormente utilizadas pelo sujeito observado, ao apresentar descrições tanto de seus próprios comportamentos (encobertos) quanto dos conjuntos de estimulações privadas que ocorrem sob sua pele (conjunto de estímulos internos ou estimulações provindas de seu aparelho anátomo-fisiológico).

No entanto, ainda que tais eventos sejam tornados públicos, através de relatos verbais do sujeito observado, o conhecimento sobre eles é apenas inferencial. E as hipóteses elaboradas sobre eles serão sempre de caráter não-verificável diretamente. Esta dificuldade quanto ao acesso destes eventos e à impossibilidade de comprovação empírica de sua ocorrência, torna difícil a elaboração de metáforas que funcionem de forma satisfatória tanto na descrição da topografia dos eventos comportamentais encobertos, como na discriminação e descrição de todos os processos de estimulação interna.

Contudo, é necessário fazermos aqui algumas distinções quanto aos fenômenos que estamos nos referindo como “evento privado”. Para Tourinho (2001a) e Malerbi (2001), a teoria skinneriana, ao falar de eventos privados enquanto condições corporais, refere-se tanto a denominações dadas a estímulos fisiológicos, como também para respostas (comportamentais). Ao diferenciá-los, Tourinho (2001a) ressalta que, geralmente, ao se falar dos comportamentos privados, a referência é a comportamentos que retrocederam ao nível encoberto, o que não pode ser dito acerca das chamadas “estimulações internas”. Para Matos (2001), estes são ocorrências da interação entre Organismo-Ambiente, que não podem ser utilizadas como explicações dos comportamentos. Porém, por serem comportamentos também devem ser explicados.

Assim, aquilo que diz respeito ao interno (que existe sob a pele de cada indivíduo) não se refere apenas ao conjunto de condições corporais de um indivíduo, mas também, aos comportamentos encobertos. Estes não se constituem como problemas para a análise do comportamento no que se refere à tendência, que comumente se apresenta, de interpretá-los como causas dos comportamentos apresentados. Como dito anteriormente, pode-se dizer que tais eventos devem ser considerados como variáveis que participam no processo de determinação do comportamento, mas não é possível considerá-los como causas dos comportamentos, e fazê-lo é incorrer em erros que afastam-nos do entendimento das variáveis que realmente participam na determinação das probabilidades de emissão do comportamento (Tourinho, 2001b).

Como consequência da interação do homem com seu ambiente, têm-se como resultado dois tipos de alterações de origem ambiental, mas que não determinam uma a outra: 1) “alteração na condição corporal” e 2) “alteração na probabilidade de uma resposta”. Assim, as mudanças que o organismo humano sofre, em sua estrutura e em seu funcionamento, ao longo de sua história de interação com o mundo, são “um outro produto” da interação com eventos ambientais que alteram o organismo também em termos de sua probabilidade de resposta. No entanto, não alteram suas características filogeneticamente constituídas, ou seja, sua susceptibilidade às contingências de reforço (Tourinho, 2001b).

Ainda segundo este autor é possível caracterizar a estimulação privada como subproduto das contingências apenas quando se trata de condições corporais do organismo. E ressalta que tais estimulações podem representar “tanto um estímulo discriminativo quanto um estímulo reforçador para uma instância comportamental qualquer” (Tourinho, 2001a, p.176).

Este mesmo autor afirma que o que define a forma aberta ou encoberta de certas respostas são as contingências em vigor. De maneira que a possibilidade de produzir

conseqüências em uma dada situação com a qual se está interagindo tem implicações importantes quanto à forma como ocorrem estes eventos (no sentido de acessibilidade) (Tourinho, 2001c).

Tourinho (2001c) salienta que a aquisição dos repertórios encobertos ocorre, inicialmente, de forma pública (ou aberta) e, que estes posteriormente, “podem retroceder ao nível de comportamento encoberto ou meramente incipientes”, e que na medida em que a resposta aprendida passa ao nível encoberto, é possível falarmos de duas prováveis fontes de controle: 1) a resposta fica sob controle de conseqüências privadas – estímulos privados; e 2) a resposta é parte de uma cadeia comportamental e fica sob controle das conseqüências ambientais que se seguem à segunda resposta – comportamento encoberto sob o controle de eventos externos e internos.

É necessário ressaltar que o comportamento encoberto não produz mudanças reforçadoras no ambiente externo com o qual o indivíduo interage. No entanto, tal comportamento, ou é reforçado por uma conseqüência igualmente interna, estimulações internas com valor reforçador, ou por uma conseqüência que se segue a um outro comportamento que é público e ocorre imediatamente após o comportamento encoberto (Tourinho; 2001c).

De acordo com Tourinho (2001c), o privado, como fenômeno psicológico – aqui não se refere aos fenômenos anátomo-fisiológicos ou condições corporais, mas a comportamentos encobertos como o pensar, o perceber etc. – tem uma existência determinada e limitada pelas práticas sociais com as quais interagimos, e não fenômenos “naturais” no sentido de inatos; pois estes “são sim, aprendidos socialmente”. São comportamentos discriminativos adquiridos sob controle de estimulações internas associadas a eventos públicos e podem ser objeto de análise de uma ciência do comportamento, inclusive enquanto eventos que participam na determinação de comportamentos públicos.

Assim, a descrição do comportamento encoberto está intimamente relacionada com o aprendizado da descrição desse comportamento quando ele ocorre de forma aberta. E tais descrições só podem ser aprendidas, a princípio, a partir de ocorrências abertas do comportamento. E este comportamento descritivo mantém-se determinado por contingências sociais.

Contudo, este comportamento verbal descritivo pode ficar sob o controle, também, de uma estimulação encoberta que acompanha o comportamento (o que permite que o indivíduo descreva a ocorrência do comportamento, numa ocasião futura, quando aquela estimulação ocorrer, mesmo que ela tenha acontecido de forma encoberta). E a partir da observação do comportamento em sua forma aberta é que a comunidade pode ensinar o indivíduo a descrevê-lo (Tourinho, 2001c).

Assim, em última instância o controle do comportamento humano está no ambiente físico e social (Tourinho, 2001c), e a ocorrência de qualquer comportamento destes organismos (seja de forma aberta ou encoberta) é função de um conjunto de arranjos, das contingências de reforçamento, provindos pela comunidade verbal com a qual interagem.

Segundo Tourinho (2001b), o conceito de privado é frequentemente explicado, por Skinner, como envolvendo, apenas, um problema de fronteira, que implica na restrição quanto ao acesso (acessibilidade pública do evento). E esse tipo de caracterização envolve a suposição de uma “equivalência entre privado e interno; e entre público e externo” (Tourinho 2001b, p. 214-215).

No entanto, não se pode dizer que um evento qualquer é privado apenas pelo fato de este ser um evento interno. Pois se pode falar de comportamentos inacessíveis à observação pública, com respeito aos quais a dicotomia interno/externo não faz sentido, ainda que algumas de suas instâncias sejam privadas (Tourinho, 2001b).

Esse material não suscita problemas especiais por ser interno, mas por ser privado. Ele só se torna importante para o analista do comportamento como parte de um processo comportamental. Antes disso, trata-se apenas de um material indiferenciado para o indivíduo, que se torna diferenciado à medida que este é exposto às contingências de reforçamento, ao longo de sua história de vida.

Assim, os conjuntos de condições corporais de um indivíduo, associados ou não aos estímulos externos (como um todo), são entendidos como “condições indiferenciadas” até que este organismo – com sua susceptibilidade às contingências de reforçamento, que são filogeneticamente constituídas – em interação com o ambiente seja exposto aos diversos arranjos de contingências de reforçamento de maneira a fazer com que tais estímulos se passem a participar como variáveis que exercem influência na determinação dos comportamentos do organismo.

A diferenciação nestas condições ocorre a partir da exposição deste organismo a contingências especiais que coloquem seu comportamento sob controle discriminativo de alguns dos aspectos característicos destes estímulos e/ou eventos comportamentais. Assim, os limites dentre os quais tal controle discriminativo pode ser produzido, “são os limites para a conversão do mundo interno em ambiente” (Tourinho, 2001b).

2.1.2 Por que é necessário entender o conceito de eventos privados?

Estudar os eventos sob a pele, como o faz Skinner, enquanto subproduto e/ou produto das contingências implica em estudar a ocorrência destes com foco na função por eles exercida no controle dos demais eventos comportamentais apresentados pelo sujeito. Assim, a ocorrência destes eventos caracteriza-se como uma das variáveis que exercem a função de controle das probabilidades de ocorrência dos comportamentos.

Portanto, o estudo destes eventos (sob a pele) pode ser considerado como importante, devido à consideração destes enquanto variáveis participantes no processo comportamental do sujeito. Em suma, são abordados apenas como fazendo parte do conjunto de variáveis que participam no processo de determinação dos comportamentos.

Como consequência do foco Skinneriano no estudo do máximo de variáveis que participam no processo de determinação do comportamento, estes eventos (sob a pele) correspondem a “partes” a serem analisadas como variáveis relacionadas à seleção dos comportamentos que compõem o fluxo comportamental, que é o objeto de estudo do Behaviorismo Radical.

Analisar o fluxo comportamental implica, nesta teoria, em discriminar os produtos e/ou subprodutos que consequenciam ou que decorrem da apresentação de determinados comportamentos (consequências). Em suma, analisar os eventos privadas corresponde a conhecer algumas partes do conjunto de variáveis que funcionam na determinação dos comportamentos. Disso decorre a necessidade de conhecermos a função de tais eventos, não só para entender “o como” (a topografia), mas também, “o por quê” e “para que” (função) da apresentação de determinados comportamentos.

Esta delimitação apresentada sobre os eventos privados, até aqui, é contrária à afirmação apresentada por Skinner (1953/1998) em seu livro *Ciência e Comportamento Humano*, sobre a possibilidade de que o leitor desconsiderasse o capítulo referente à explicação sobre a ocorrência dos eventos sob a pele, caso estivesse lendo o livro com a pretensão de entender como e por que ocorre o comportamento humano e os princípios básicos de funcionamento destes. Pois, segundo este autor, o conhecimento sobre estes eventos não é necessário para o entendimento dos princípios básicos do comportamento, tampouco para o entendimento das demais partes ou capítulos deste mesmo livro.

Já outros autores (Tourinho 1995; Abib, 1985 em Tourinho, 1995; Lopes 2006) apontam a dificuldade de entendimento dos eventos privados como sendo sim, um obstáculo para o entendimento do comportamento humano, no sentido de que a dificuldade quanto ao conhecimento sobre estes eventos dificulta o entendimento sobre como eles podem estar associados à determinação dos comportamentos públicos, apresentados pelo mesmo sujeito. Conseqüentemente, dificulta a construção e utilização de estratégias que permitem a manipulação destes, enquanto variáveis independentes que participam na determinação dos comportamentos.

Para Tourinho (1995), a inacessibilidade dos eventos privados produz problemas relacionados a duas características da teoria behaviorista radical: (1) seu caráter pragmatista e, (2) seu caráter empirista. Quanto a (1) a inacessibilidade dos eventos privados implica em problemas quanto à utilidade ou à instrumentalidade de alguns construtos teóricos da análise do comportamento, como os princípios de controle e manipulação de variáveis envolvidas na determinação do comportamento. Conseqüentemente, isso dificulta e, às vezes, até impossibilita a construção e aplicabilidade de estratégias efetivas de controle e manipulação do comportamento humano; quanto a (2) O princípio fundamental da abordagem teórico-filosófica denominada empirismo que implica em problemas na análise apresentada no Behaviorista Radical é a necessidade de se aceitar, apenas, a interpretação de dados que permitam confirmação empírica. Ou seja, implica em problemas quanto à formulação de inferências sobre alguns dos eventos privados, que não sejam tornados públicos, portanto não observáveis diretamente pela comunidade e, não passíveis de confirmação empírica.

Os relatos acerca da percepção dos estímulos privados e comportamentos encobertos são conseqüenciados pela comunidade verbal, na medida em que tais relatos se assemelham à maneira como esta comunidade exige que estes estímulos sejam relatados. Ou seja, se o sujeito utiliza os termos entendidos como corretos pelos demais membros da comunidade

verbal na descrição de tais eventos, tanto ao descrever um conjunto específico de sensações corporais por ele sentidas como ao descrever seus comportamentos encobertos, estes seus comportamentos verbais descritivos, provavelmente, são reforçados pelos membros desta comunidade.

Assim, na medida em que os indivíduos utilizam os nomes entendidos como corretos que lhes foram ensinados a partir de outros comportamentos tidos como correlatos públicos da ocorrência destes, pela comunidade verbal, para relatar os tipos específicos de estimulações internas, que percebe como ocorrendo sob sua pele, esta tende a reforçar tais comportamentos.

2.2 O eu na interpretação de Skinner

Para Skinner (1953/1998), o termo “auto” (utilizado como prefixo em expressões como autocontrole ou autoconhecimento) nos remete ao questionamento sobre quem exerce controle sobre quem. O que faz referência ao objeto de estudo do conhecimento deste tipo de comportamento. Assim, de acordo com o entendimento do leigo parece haver dois eus agindo simultaneamente, porém de maneiras diferentes.

Esta é a forma como o leigo tende a entender tanto os comportamentos de autocontrole, quanto de autoconhecimento, interpretando-os da seguinte maneira: no caso do autocontrole, este ocorre quando um eu controla o outro e, quando se tratar de autoconhecimento, este ocorre quando um eu estiver consciente da atividade do outro (Skinner;1953/1998, p.310). De acordo com Skinner (1953/1998), ao falar do “eu”, a comunidade verbal costuma se referir a uma causa hipotética do comportamento do indivíduo, uma instância que represente uma espécie de agente localizado dentro do organismo, a qual costuma responsabilizar pelo controle do comportamento deste sujeito.

Skinner (1953/1998), chama a atenção para o fato de que na utilização do termo “eu”, como feita pelo senso comum, não é realizada uma busca pelo entendimento das variáveis independentes que, realmente, exercem função de controle sobre as probabilidades de ocorrência de determinados comportamentos a serem apresentados por este indivíduo. Então, costuma-se explicar o controle do comportamento através da utilização de termos como “personalidades”, que como o eu, são consideradas as responsáveis pelas características comportamentais do sujeito (Skinner; 1953/1998).

Porém, o conceito de eu, como interpretado por Skinner (1953/1998, p. 311), condiz apenas a um simples artifício metafórico, utilizado para representar um “sistema de respostas funcionalmente unificado”. E mesmo que esta terminologia (eu, ou personalidade) não seja considerada como essencial em formulações apresentadas por quem pretende fazer uma análise do comportamento, baseada nos pressupostos da teoria Behaviorista Radical, entende ser necessário que o analista do comportamento, ao analisá-los, explique “a unidade funcional desses sistemas e as várias relações que existem entre eles” (Skinner, 1953/1998, p. 312).

De acordo com Skinner (1953), um destes sistemas unificados de respostas (personalidade) pode se restringir a um tipo particular de ocasião e, é possível tornar tais respostas contingentes a apenas um “estímulo discriminativo” em específico. Assim, alguns tipos de comportamentos diferentes em sua topografia, porém, eficazes para a obtenção de um mesmo tipo de reforço, são analisados em conjunto como participantes de uma mesma classe de respostas, que podem ocorrer em uma ocasião específica que se distingue das outras circunstâncias, por apresentarem um conjunto de características que determinam a apresentação de tais comportamentos. Ou seja, numa classe de respostas diferentes, os comportamentos a serem apresentados são determinados por um conjunto de características funcionais semelhantes presentes em circunstâncias diferentes

Assim, a personalidade de alguém pode ser interpretada como diferente, a depender do ambiente no qual este esteja inserido quando da observação de seus comportamentos, que serão, então, interpretados como indícios da personalidade deste sujeito. Esta variação em seu comportamento é determinada pelas variáveis ambientais presentes quando da observação de seus comportamentos. Portanto, decorre da presença ou ausência de outros estímulos nestes contextos, ou seja, de mudanças nas circunstâncias responsáveis pela alteração das probabilidades de ocorrência de determinados comportamentos .

A personificação que ocorre ao utilizarmos os termos “eu” e “personalidade”, segundo Skinner (1953/1998), nos encoraja a “superestimar” a unidade de um determinado grupo de respostas. E decorre disto um problema, pois esta utilização do conceito de “eu” tende a “nos levar a esperar consistências e integridades funcionais que não existem”. No entanto, a utilização deste conceito pode representar “uma primeira vantagem na representação de um sistema de respostas relativamente coerente”. Para Skinner (1953/1998), uma alternativa possível, para o uso deste conceito, é quando este representa “simplesmente lidar com covariações demonstradas na frequência de respostas.” (Skinner; 1953/1998, p. 313).

Neste sentido, Skinner entende que tais sistemas organizados de respostas (eus) podem se relacionar uns aos outros do mesmo modo que respostas simples e, pelas mesmas razões, podem, inclusive, ser incompatíveis. Isto porque “o meio do qual o comportamento é função, pode não ser “consistente de momento a momento”, o que , conseqüentemente não nos permite esperar consistência nos comportamentos apresentados pelo sujeito (Skinner; 1953/1998, p. 313).

Para Skinner (1953/1998), “uma relação importante entre diferentes eus é o autoconhecimento”, entendendo-se aqui que o comportamento que comumente chamamos “de conhecer”, advém de, ou é consequência de, uma espécie particular de reforço diferencial,

fornecido pela comunidade. Assim no que reforça (ou não) determinadas respostas verbais apresentadas pelo sujeito (um relato do próprio comportamento do organismo), que funcionam no sentido de responder aos questionamentos apresentados por esta mesma comunidade verbal (como por exemplo: “o que você fez?” ou “o que você está fazendo?”), esta o ensina a responder ao seu próprio comportamento aberto (Skinner, 1953/1998, p. 314).

Assim, o repertório de autoconhecimento é gerado por reforços apropriados e o organismo tende a apresentar este comportamento autodiscriminativo como consequência da possibilidade de obtenção de reforços (fornecidos pela comunidade verbal) após apresentar tais comportamentos. E como afirma Skinner, o que importa saber, não é se o comportamento que um homem deixa de relatar é realmente por ele observado, mas, é se alguma vez houve razão para que ele o observasse (Skinner, 1953/1998).

Porém, ainda que prevaleçam as circunstâncias reforçadoras apropriadas para a ocorrência destes relatos descritivos decorrentes da discriminação dos eventos públicos e privados, pode haver a ausência destes comportamentos, ou seja ausência de autoconhecimento. Isto pode ocorrer, por exemplo quando o indivíduo encontra-se em interação com ouvintes que ao invés de reforçarem positivamente tais relatos, costumam puni-los (Skinner, 1953/1998).

É importante ressaltar, também, que a apresentação de tais relatos não implica numa conjunção entre os “eus”. Ou seja, o sistema unificado de respostas verbais (relatos descritivos), não necessariamente exerce determinação sobre o sistema unificado de respostas não-verbais, apresentadas pelo mesmo sujeito. Como ressalta o próprio Skinner quando afirma que “(...) O eu preocupado com o autoconhecimento funciona concorrentemente com o sistema comportamental que descreve” (Skinner, 1953/1998, p.315).

Uma maneira mais simples de entendermos (Matos, 1995) o trecho citado anteriormente é pensarmos, por exemplo, no fato de que um homem pode apresentar relatos

descritivos de seus comportamentos, tanto abertos como encobertos, e de diversas e diferentes sensações, que discrimina como ocorrendo no momento em que apresenta estes comportamentos, além de apresentar descrições sobre a discriminação dos demais eventos ambientais ocorridos nas circunstâncias em que apresenta estes comportamentos – ou seja as contingências envolvidas na determinação de seus comportamentos – e, ainda assim, não ser capaz de apresentar mudanças em seus comportamentos não-verbais.

No outro extremo, este mesmo homem pode também não “saber que fez alguma coisa”. Pode ter se comportado de uma determinada maneira, e não ser capaz de descrever o que fez, ou mesmo, pode não “saber que está fazendo alguma coisa”, pode não saber, inclusive, que tende a, ou mesmo que está prestes a (está indo) fazer alguma coisa, pode ou não perceber tendências, ou predileções inusitadas, ou mesmo, a probabilidade de que seguirá um determinado curso de ação (Skinner, 1953/1998, p.316). Essa dificuldade em sua descrição, ou ‘desconhecimento’, é consequência do fato de este não reconhecer, no sentido de não discriminar algumas variáveis das quais seu comportamento é função (Skinner, 1953/1998).

É necessário ressaltarmos que o problema envolvido na impossibilidade de acesso direto ao comportamento encoberto implica na possibilidade de este não ser descrito. Tal característica gera um problema teórico, que Skinner (1953/1998) pretende solucionar através de estratégias de acesso indireto desses comportamentos. Ou seja, através de inferências, tanto por parte do próprio sujeito que se comporta como por outros indivíduos que o observam.

2.3 O que é autoconhecimento?

Como todos os demais comportamentos, o conhecimento se origina na relação do sujeito com o ambiente no qual interage, através de sua exposição e participação nas

contingências de reforçamento (Sério, 2001), e como afirma Skinner (1953/1998), o conhecimento do sujeito é o seu próprio comportamento com relação a ele mesmo e, ao ambiente no qual, ele interage.

Segundo Skinner (1974/1993), “O conhecimento do mundo se deve a algo mais do que ao contato com determinado cenário; deve-se às contingências de reforço das quais esse cenário faz parte” e das experiências a partir das quais este conhecimento deriva, ou seja, que são responsáveis pela determinação destes comportamentos (Skinner, 1974/1993, p. 121). Porém, ressalta que o sujeito não age pondo em uso este conhecimento, pois este é a própria ação, ou pelo menos regras para a ação. E afirma que: “O conhecimento é subjetivo no sentido trivial de ser o comportamento de um sujeito”, e é determinado pela exposição deste ao ambiente, presente ou passado, que determina seu comportamento (Skinner, 1974/1993, p. 125).

Segundo Skinner (1974/1993), um dos sentidos tradicionais da utilização do termo “conhecer” corresponde, a “estar em contato com, de ser íntimo de”. A partir desta interpretação sabemos como fazer alguma coisa quando, simplesmente, podemos fazê-la. Neste sentido dizer que o sujeito conhece ou sabe algo, corresponde a dizer que este possui “várias formas de comportamento com relação a” este algo, ou seja diante de algo – determinado repertório comportamental efetivo na obtenção de reforço, diante de determinadas circunstâncias às quais é exposto – estes comportamentos denominados “conhecer” dependem da exposição prévia, deste sujeito, às contingências de reforçamento. No entanto, este mesmo sujeito pode, simplesmente, se comportar de maneira a seguir as instruções, orientações, regras ou leis sobre como deve se comportar diante de determinadas circunstâncias – ou seja de apresentar comportamentos controlados por regras (Skinner, 1974/1993).

O uso do termo “conhecer” ou do termo “saber”, pode referir-se também a uma espécie de “consciência”, por parte do sujeito, de que “está sob o controle” de condições que não são as únicas determinantes de seus comportamentos (Skinner, 1974/1993); é neste sentido que o termo conhecer é tradicionalmente empregado para se referir a “saber quais as razões” de nossos comportamentos. Esta compreensão das contingências envolvidas na apresentação de nossos comportamentos ocorre através de análises das contingências predominantes, no caso de comportamentos modelados pelas contingências, ou de uma compreensão das regras as quais seguimos através de exposição às contingências naturais que elas descrevem, comportamento controlado por regras.

O “conhecimento” como entendido no Behaviorismo Radical corresponde à possibilidade de o sujeito fazer discriminações de variáveis presentes nas contingências responsáveis pela determinação de seus comportamentos em uma dada circunstância, de maneira que em situações nas quais houver mudança no contexto, nas variáveis presentes em ambas as circunstâncias, o sujeito apresente comportamentos que funcionam de forma efetiva na obtenção dos mesmos reforços obtidos diante das variáveis presentes antes da mudança do contexto.

Ou seja, o sujeito discrimina mudanças ocorridas no contexto, responsável por suas ações anteriores, de maneira a se comportar diferencialmente diante do diferente conjunto de variáveis que constituem o novo contexto, ao ponto de apresentar os mesmos comportamentos, ou diferentes comportamentos que são consequenciados pelos mesmos reforços obtidos anteriormente, ainda que haja ausência de alguma variável presente anteriormente, ou mesmo acréscimo de diferentes variáveis, nesta nova situação, que tornem este contexto diferente do anterior.

Em outras palavras, o sujeito deve apresentar comportamentos que proporcionem a obtenção de reforços semelhantes, mesmo após discriminar diferenças quanto às variáveis

presentes na circunstância anterior em comparação com a nova circunstância – seja por ausência ou acréscimo de variáveis. Neste caso o sujeito apresentará nesta nova circunstância o mesmo comportamento que apresentou na situação anterior, ou comportamentos que proporcionem a obtenção dos mesmos reforços obtidos na situação anterior.

O conceito de discriminação corresponde a um processo de reforçamento diferencial, que torna uma dada resposta mais provável diante de um estímulo específico (Catania, 1999). Assim, o indivíduo emite comportamento verbal de descrição de seu próprio comportamento diante de estímulos discriminativos, por receber um reforço. Adianta-se aqui que este reforço é social (Brandenburg & Weber, 2005). E o conceito de autoconhecimento como abordado por Skinner (1953/1998) resume-se ao processo de auto-discriminação dos comportamentos do indivíduo. Trata-se de um evento comportamental no qual o sujeito faz discriminações acerca das contingências que controlam seu próprio comportamento.

Assim, ter consciência de si corresponde ao comportamento de discriminar comportamentos próprios e variáveis que os controlam. O autoconhecimento é autoconsciência, então, autoconhecimento é autodiscriminação de comportamentos e estímulos a eles relacionados. Trata-se de um comportamento verbal discriminativo que expressa um conhecimento sobre o próprio comportamento do sujeito que se autoconhece (Skinner, 1993 citado em Brandenburg & Weber, 2005).

Skinner (1953/1998), como vemos, sustenta que o comportamento pode ocorrer sem que o indivíduo tenha consciência dele, e não consegue relatá-lo nem para os outros, e nem para si próprio. Entre estes comportamentos encontram-se os de ver, de ouvir etc., os quais podem ocorrer também na ausência dos objetos diante dos quais foram adquiridos. No entanto, a comunidade verbal arranja contingências de reforçamento especiais que levam o indivíduo a discriminar e relatar seu comportamento (público e ou privado) e, em alguns casos, variáveis das quais eles são função.

Assim como nos fala Tourinho (1995): “Conhecer, para Skinner, é discriminar estímulos. E o autoconhecimento, então, corresponde a uma discriminação de estímulos gerados pelo próprio indivíduo (autogerados) que se autoconhece, isto é, autoconhecimento é autodiscriminação” (Tourino, 1995, p. 22).

Neste sentido, o sujeito discrimina os eventos antecedentes (internos e/o externos), seu comportamento atual e as consequências obtidas neste momento. Quanto aos eventos privados, discrimina tanto suas sensações (conjunto de condições corporais, ou seja estimulações anátomo-fisiológicas) como seus comportamentos, tanto públicos como privados.

Quando o sujeito emite apenas o comportamento de descrição da topografia dos seus próprios comportamentos, não se pode dizer que este apresenta um repertório comportamental de autoconhecimento, pois, para tanto, é necessário também que este descreva as contingências que controlam a probabilidade de ocorrência de suas respostas (comportamentos). Assim, autoconhecimento é o processo de discriminar os próprios comportamentos, tanto os observáveis a um outro observador (comportamentos públicos), quanto os comportamentos que ocorrem sob a pele deste sujeito, e não podem ser observados por um outro organismo (comportamentos encobertos); além das circunstâncias em que esses comportamentos ocorrem (tanto das variáveis externas, como das variáveis internas, presentes antes, durante e depois da apresentação deste comportamento), e as consequências que se seguem a apresentação do mesmo (reforçamento).

De acordo com Tourinho (1995) “este processo de autodiscriminação, autoconhecimento, como entendido pela teoria Skinneriana, é formulado em termos de um comportamento privado autodiscriminativo”, que pode ser tornado público através de relatos verbais escritos ou vocais, (Tourinho, 1995, p. 63-64), em relação tanto a eventos privados, como a comportamentos públicos do próprio indivíduo e, às variáveis responsáveis pelo

controle desses comportamentos. Trata-se de comportamentos verbais descritivos de seus próprios comportamentos e, das contingências envolvidas na apresentação do mesmo, que o sujeito apresenta a si mesmo, ou mesmo aos membros de sua comunidade verbal.

Este comportamento autodiscriminativo é aprendido na interação deste sujeito com seu meio social (comunidade verbal), através de sua exposição a determinados arranjos de contingências de reforçamento providos pela comunidade. Dessa forma este sujeito aprende, tanto a relatar seus eventos privados para si e, para o outro, como a discriminar as circunstâncias nas quais estes ocorrem (Tourinho, 1995, p. 63-64).

Ao apresentar as quatro maneiras pelas quais uma comunidade de reforço sem acesso a estímulos privados pode gerar um comportamento verbal em relação a eles, ou seja as estratégias utilizadas para estabelecer este repertório auto-descritivos de eventos sob a pele, Skinner (1957/1978) ressalta que ao utilizá-las não se deve questionar sobre o fato de ser ou não possível estabelecer tais respostas a estímulos privados e sim sobre o modo como estas foram construídas, “qual sua relação com estímulos controlados e quais, se é que existe alguma, são suas características distintivas” (Skinner, 1957/1978, p. 164).

O modo como a comunidade verbal estabelece as contingências de reforço que favorecem a produção de respostas verbais a estímulos privados, ou seja as estratégias utilizadas pela comunidade para instalar este repertório verbal em seus membros são baseadas em acompanhamentos públicos, seja de estímulos ou mesmo de comportamentos encobertos, associados aos eventos privados. Em síntese este processo ocorre através de: 1) observação de acompanhantes abertos correlatos, ou seja do uso de acompanhamentos públicos comuns dos estímulos privados que eventualmente exercem controle sobre o comportamento, 2) inferências acerca dos comportamentos encobertos por meio de respostas colaterais a um estímulo privado e, 3) da utilização de metáforas, o que corresponde ao uso de palavras que designam características de eventos públicos para descrever os eventos privados – ou seja,

utiliza-se de generalizações quanto às características destes eventos (Skinner, 1957/1978; Malerbi & Matos, 1992; Brandenburg & Weber, 2005).

As maneiras como a comunidade arraja as contingências de reforçamento que geram estes comportamentos descritivos, ou seja as estratégias que utiliza para ter acesso aos eventos que ocorrem sob a pele de seus membros ocorre da seguinte maneira: 1) na primeira estratégia a comunidade se utiliza de estímulos públicos associados a estímulos privados para tornar o reforçamento contingente à resposta do indivíduo – nesta circunstância o sujeito reage tanto aos eventos públicos como aos privados enquanto a comunidade reage a estímulos públicos produzidos pelas respostas colaterais não verbais; 2) na segunda estratégia a comunidade reforça o comportamento do sujeito de tatear⁵ seus eventos privados, se e quando suas outras respostas colaterais, não verbais, porém públicas, ocorrerem, supostamente, associadas aos mesmos estímulos privados”; 3) na terceira estratégia a comunidade baseia o reforçamento das respostas descritivas do sujeito, sobre seu próprio comportamento encoberto ou simplesmente de suas verbalizações sobre um comportamento reativo a alguns estímulos que ocorrem sob sua pele, em manifestações públicas deste comportamento acessíveis aos demais membros da comunidade verbal – e a partir desse arranjo de contingências o sujeito aprende a discriminar estes eventos sob a pele como estando em conexão com um conjunto diverso de estímulos adicionais, privados ou não, e passa a responder somente aos privados, de maneira que tais estímulos passem a controlar a resposta verbal adquirida inicialmente na presença de estímulos públicos e privados; 4) na quarta estratégia uma resposta que é adquirida e mantida em conexão com estímulos públicos pode ser emitida, através de analogia, na presença de eventos privados, com base em propriedades coincidentes destes dois conjuntos de estímulos.

⁵ Segundo Skinner “pode ser tentador dizer que num *tacto* a resposta “se refere a”, “menciona”, “anuncia”, “fala sobre”, “nomeia”, “denota” ou “descreve” seu estímulo. (...) o termo *Tacto* (comportamento de tatear) traz consigo certa sugestão mnemônica do comportamento que estabelece “contacto” com o mundo físico. Um *tacto* pode ser definido como um operante verbal, no qual uma resposta de certa forma é evocada (ou pelo menos reforçada) por um objeto particular ou um acontecimento ou propriedade de objeto ou acontecimento” (1957/1978, p. 108).

Segundo Skinner (1957/1978) esta estratégia ocorre nos casos em que o sujeito apresenta respostas descritivas do seu próprio comportamento e, tem como consequência que estímulos privados possam adquirir controle sobre seu comportamento verbal descritivo (Malerbi & Matos, 1992, Skinner, 1957/1978).

Segundo Skinner (1957/1978) na quarta estratégia ocorre que:

A contingência original pode basear-se em comportamentos externamente observáveis do organismo, mesmo que esta estimule o falante e a comunidade de maneira diversa. Se o comportamento se reduz agora, em magnitude ou escala, atingir-se-á um ponto em que os estímulos privados sobrevivem, mesmo que os estímulos públicos se devaneçam. Em outras palavras, o comportamento pode ser executado de forma tão fraca ou tão incompleta que não chega a ser visto por outra pessoa, apesar de continuar a ser suficientemente forte para estimular o autor do comportamento. Em tal caso, a resposta eventualmente é dada a um estímulo privado, estímulo que é similar, exceto na magnitude, aos estímulos privados diferentes acompanhados por manifestações públicas úteis à comunidade (1957/1978, p. 166-167).

Em síntese, os membros da comunidade verbal arranjam as contingências de reforçamento para ensinar o indivíduo a discriminar e relatar seus eventos privados. No entanto, tais contingências são imperfeitas, por tratar de discriminações baseadas em correlatos públicos, pois a comunidade não tem acesso direto aos eventos que ocorrem sob a pele do indivíduo. Assim, o repertório de autoconhecimento que resulta deste processo de ensino provavelmente será impreciso e passível de distorção.

2.3.1 Consciência no Behaviorismo Radical.

No que concerne aos repertórios de “comportamentos conscientes”, denominados, tradicionalmente, de “consciência”, assim como o repertório auto-discriminativo denominado “autoconhecimento” ou “conhecimento de si”, como abordados na teoria Behaviorista Radical, têm sua origem nas relações sociais e, conseqüentemente, dependem das práticas da comunidade verbal na qual o indivíduo está inserido. De acordo com os pressupostos desta teoria, o indivíduo tem mais facilidade para conhecer o que ocorre ao seu redor, como conseqüência de a comunidade modelar um repertório descritivo apropriado a estes eventos. Já o conhecimento de seu mundo interno (eventos privados) pode vir a ocorrer, mas será provavelmente imperfeito (Tourinho, 1995). E à medida que a pessoa aumenta sua sensibilidade ao controle do ambiente; em outras palavras, à medida que aumenta sua capacidade de discriminar e descrever seus comportamentos, é possível afirmarmos que aumenta também a probabilidade de apresentar “comportamentos conscientes” (Skinner, 1982 citado em Brandenburg & Weber, p. 88, 2005).

Como interpretado por Brandenburg e Weber (2005), a palavra “consciência” que é tradicionalmente utilizada para se referir a uma espécie de “instância psíquica, um self decisor”, pode ser interpretada e estudada a partir do ponto de vista do behaviorismo radical, enquanto uma espécie de repertório comportamental que envolve a ocorrência de instâncias comportamentais de “comportamento consciente”. Em síntese a palavra consciência corresponde a “um comportamento verbal de autodescrição (Queber, 2003). Trata-se de uma espécie de comportamento verbal descritivo ou relatos do sujeito sobre os “seus próprios comportamentos ou, mais dificilmente, as variáveis que o controlam” (De Rose, 1982 citado em Brandenburg & Weber, p. 87-88, 2005).

Assim, o que, tradicionalmente, se denomina por “consciência” no Behaviorismo Radical, é entendido e estudado como uma metáfora que corresponde a um repertório comportamental, ou seja como um conjunto sistematizado de comportamento de caráter verbal com função descritiva das ações apresentadas pelo indivíduo (Matos, 1995).

Este tipo de comportamento é de caráter estritamente verbal em sua “origem ontogenética” por ser estabelecido “através da interação verbal do aprendiz-ouvinte com o falante-membro” da comunidade verbal. Por definição, é “consequenciado por mudanças no comportamento do ouvinte” e quanto à sua funcionalidade (sua função), este é mantido pelo ouvinte como consequência de ser útil tanto para ele em particular, como para o grupo como um todo; e “verbal a cada instância que compõe sua forma” (...), tendo em vista que este comportamento é iniciado e mantido “pelo comportamento verbal do ouvinte” (Machado, 1993).

Capítulo 3

Debate crítico acerca do tratamento Skinneriano para o problema do autoconhecimento

Neste capítulo são apresentadas algumas das críticas apresentadas por autores de orientação teórica Behaviorista Radical sobre o tratamento dado, por Skinner, ao problema do autoconhecimento.

Tourinho (1995) ao debater sobre a formulação Skinneriana acerca do autoconhecimento destaca como pontos principais a serem analisados as seguintes questões: 1) trata-se de um comportamento privado autodiscriminativo (que pode, ou não, ser tornado público), em relação a eventos privados, aos comportamentos públicos do próprio indivíduo e às variáveis que participam da determinação desses comportamentos. E o fato de este tipo de comportamento só se instalar a partir de contingências providas pela comunidade verbal é uma característica que implica em dificuldades e problemas na instalação do comportamento autodiscriminativo de eventos privados, diferente do que ocorre com o aprendizado de discriminação dos comportamentos e variáveis públicas; 2) a instalação deste repertório de autodiscriminação é um requisito necessário para que o indivíduo elabore regras de autocontrole. No entanto, comportar-se de acordo com estas regras, pode ser função, não apenas, deste comportamento autodiscriminativo como também de outras variáveis ambientais (sociais) o que torna difícil identificar quais as variáveis, e como tais variáveis, exercem função de controle dos comportamentos futuros deste sujeito.

A partir destas considerações, este autor (Tourinho, 1995) apresenta o que entende como o principal problema nas formulações skinnerianas acerca do comportamento autodiscriminativo, qual seja: “Skinner não aponta uma alternativa efetiva para a investigação

do papel do autoconhecimento, e das regras formuladas a partir do mesmo, na determinação dos comportamentos subsequentes dos indivíduos” (Tourinho, 1995, p. 63-64)

Para Tourinho (1995), os limites no tratamento dado por Skinner ao problema do autoconhecimento, são consequência de skinner insistir na “categoria da privacidade, enquanto uma instância inacessível”, o que Tourinho interpreta como uma característica de extrema gravidade, nas formulações Skinnerianas, para uma ciência como a Análise Experimental do Comportamento, enquanto fundamentada no método experimental (Tourinho,1995, p. 69-70).

Ao apresentar suas críticas ao tratamento dado por Skinner para o problema do autoconhecimento, Tourinho (1995) expõe algumas considerações apresentadas por Abib (1985) acerca da vinculação entre o pragmatismo e o empirismo na obra de Skinner, quando diz ser possível observar em sua obra uma espécie de subordinação de questões pertinentes ao empirismo aos princípios do pragmatismo. Segundo Abib (1985 em Tourinho, 1995): “São os interesses pragmáticos de Skinner que o vinculam a um empirismo, cuja meta principal é a descoberta de leis experimentais que relacionam o comportamento a contingências de reforço” (Abib, 1985, p. 103, citado em Tourinho, 1995).

Tourinho (1995, p. 87) então afirma ser “a busca de uma tecnologia do comportamento”, por parte de Skinner, que limita o tratamento proposto por ele para questões que correspondem ao tratamento da privacidade e, considera como legítima a identificação, no pragmatismo de Skinner, de um “limite de ordem epistemológica para o tratamento behaviorista radical da privacidade, em geral, e do autoconhecimento, em particular” (Tourinho, 1995, p. 87).

De acordo com Tourinho (1995), há um impasse nas formulações Skinnerianas sobre o autoconhecimento, na medida que Skinner admite a possibilidade de um indivíduo, a partir do autoconhecimento, produzir regras que possam influenciar na determinação de seus

comportamentos futuros, ao mesmo tempo que insiste na dificuldade envolvida no tratamento deste problema e sugere que a psicologia deve ser abordada como “uma ciência do publicamente observável”. Tourinho (1995) explica que tal impasse decorre da afirmação skinneriana sobre a possibilidade de ocorrência desta autodiscriminação, ainda que o indivíduo não “verbalize publicamente” seus próprios comportamentos (Tourinho, 1995, p. 87)

Tourinho (1995), considera que, do ponto de vista teórico, Skinner admite a existência da autodiscriminação e das consequências desta na determinação do comportamento. No entanto afirma que estes fenômenos só podem ser incorporados à explicação do comportamento caso se trate de comportamentos publicamente observáveis, o que Tourinho (1995) entende como um “limite teórico” que encontra-se “articulado com o fundamento epistemológico pragmático” da obra de Skinner (Tourinho, 1995, p. 88).

No entanto, Tourinho (1995) afirma que o tratamento científico acerca do autoconhecimento existe “no próprio corpo das proposições básicas behavioristas radicais”. Portanto, a inclusão do autoconhecimento em asserções explicativas de determinados comportamentos “não implica, necessariamente, assumir novos pressupostos ontológicos a respeito do tipo de explicação pertinente sobre o comportamento dos organismos” (Tourinho, 1995, p. 69-70).

Para Abib (1985 em Tourinho, 1995, p. 88) “o autoconhecimento pode transitar de epifenômeno a determinante do comportamento quando é descrito pelo indivíduo”. No entanto, esta transição pode ocorrer apenas quando se tratar de uma descrição pública do comportamento do próprio indivíduo. Ou seja, o autoconhecimento só assume o status de determinante do comportamento na medida que “atende às exigências do empirismo de Skinner” e, o fato de este empirismo encontrar-se articulado com o pragmatismo skinneriano, faz com que seja possível afirmar que “o autoconhecimento só será assumido pelo

behaviorismo radical enquanto atender à exigência de previsão e controle do comportamento” (Tourinho, 1995, p. 88).

A partir desta afirmação de Abib, Tourinho (1995) afirma que o tratamento dado ao problema do autoconhecimento no âmbito do limite epistemológico pragmatista no Behaviorismo Radical, será objeto de estudo da psicologia operante, desde que ocorra de forma pública. Portanto, em se tratando da busca de uma tecnologia comportamental, como proposta por Skinner, não será possível considerar o processo comportamental denominado “autoconhecimento” enquanto evento meramente privado (Tourinho, 1995).

Em resumo de acordo com esse autor (Tourinho, 1995) o tratamento behaviorista radical do autoconhecimento está limitado, do ponto de vista epistemológico, por um traço dualista e por um princípio pragmatista. Sendo o primeiro (traço dualista), apontado por ele como, “intransponível sem que os princípios indicados como relacionados ao empirismo de Skinner sejam descartados”. Já o segundo (o princípio pragmatista), que entende como a própria razão daquele empirismo, aponta contra um tratamento efetivo do autoconhecimento (Tourinho, 1995, p. 89).

Ao comentar este traço dualista na teoria Skinneriana, Tourinho (1995) refere-se à distinção entre eventos públicos e privados, de maneira a conceber o privado como um evento inacecível à observação pública direta, ao contrário dos eventos públicos. Segundo este autor (Tourinho, 1995), esta distinção implica em problemas quanto a formulação dos eventos privados enquanto eventos físicos, tendo em vista não ser possível verificar esta sua natureza física.

Para Tourinho (1995) as formulações Skinnerianas continuam marcadas pelo dualismo presente na distinção entre eventos físico versus eventos não-físicos e, mesmo que Skinner argumente que este traço dualista corresponda apenas a uma distinção de fronteiras, ou de acesso, esta permanece como uma distinção problemática no contexto de uma ciência

empírica. O que, segundo este mesmo autor, fica evidente quando se questiona sobre quais são os indicadores da topografia de um comportamento privado – questão para a qual Skinner não fornece respostas (Tourinho, 1995, p. 49).

Considerações Finais

Apresentou-se aqui uma revisão bibliográfica acerca das interpretações elaboradas no Behaviorismo Radical sobre a maneira como o sujeito conhece a si e ao outro sendo possível apreender que este conhecimento ocorre num processo de relação entre o sujeito e seu meio. A partir do que é apresentado no decorrer deste trabalho sobre a interpretação Behaviorista Radical acerca do ser humano e demais processos comportamentais, tendo como foco principal o comportamento de se autoconhecer, é possível afirmar que esta abordagem do ser humano privilegia as questões que correspondem à relação entre o sujeito/organismo e seu meio. É neste sentido que o objeto de estudo do Behaviorismo Radical é o comportamento, enquanto processo que decorre da relação entre o organismo e o meio. Como dito no capítulo um, são as relações comportamentais o foco de análise nos estudos experimentais do comportamento embasados no Behaviorismo Radical.

Apreende-se de tudo o que foi dito até aqui, que para a elaboração de formulações sobre como ocorre o conhecimento de si e conhecimento do outro, como ensiná-lo e como mante-lo é faz-se necessário analisar as relações comportamentais que constituem a interação deste organismo com seu ambiente.

Em síntese, na teoria Behaviorista Radical, o autoconhecimento corresponde a um processo comportamental que envolve a apresentação de comportamentos de auto-discriminação dos comportamentos e, discriminação dos diversos fatores que participam das contingências envolvidas na determinação dos comportamentos do indivíduo. Como vimos, ainda que o repertório de autoconhecimento seja impreciso e passível de distorção, resulta de um processo de ensino, que ocorre à medida que os membros da comunidade verbal arranjam as contingências de reforçamento para que o indivíduo aprenda a discriminar e relatar tanto

seus eventos privados – seus comportamentos encobertos e/ou suas estimulações internas – como seus comportamentos públicos, além de discriminar os fatores que antecedem a apresentação de seus comportamentos, e os fatores que se seguem à apresentação destes – ou seja, as contingências envolvidas na apresentação de seus comportamentos.

De acordo como o material discutido até aqui, compreende-se que o tratamento Behaviorista Radical para o problema do autoconhecimento corresponde a uma análise não só dos princípios fundamentais, leis gerais sobre o comportamento humano, apresentados nesta elaboração teórico-filosófica, mas também de questões de ordem prática ou seja de aplicação do conhecimento como apresentado por esta teoria sobre o comportamento humano.

Pode-se então apreender, de todo o material aqui apresentado, que é necessário entendermos sobre a problemática da privacidade, ou seja sobre as questões relativas aos eventos que ocorrem sob a pele dos organismos, e sua influência nos comportamentos públicos que estes apresentam. Pois, ainda que o conhecimento sobre tais fenômenos, enquanto variáveis que participam do processo de determinação dos comportamentos, seja impreciso e limitado, como consequência da inacessibilidade destes, faz-se necessário analisar sua influência para se entender o ser humano em sua totalidade, por se tratarem de eventos que correspondem a variáveis que participam das contingências responsáveis pela determinação dos comportamentos apresentados pelos organismos.

Consequentemente, é necessário abordar a problemática da privacidade para que se compreenda como, quando onde e por que aplicar as técnicas de manipulação de variáveis responsáveis pela apresentação dos comportamentos dos seres humanos, tendo em vista que para a aplicação de tais técnicas deve-se analisar o máximo de variáveis presentes na determinação dos comportamentos do sujeito, das quais os comportamentos privados participam seja como subprodutos, como por exemplo: no caso das emoções, seja como

produtos como por exemplo: no caso de comportamentos encobertos que correspondem a um dos elos de uma cadeia comportamental.

Em síntese, para a aplicação de técnicas de manipulação do comportamento – o que corresponde à instrumentalidade do conhecimento apresentado pelo Behaviorismo Radical – é necessário conhecer sobre o que ocorre sob a pele do sujeito, enquanto produto ou subproduto do arranjo de contingências efetivado na aplicação destas técnicas, e sobre como a manipulação destas variáveis poderá exercer função de controle sobre a determinação das probabilidades de apresentação dos comportamentos deste organismo.

Como nos afirma Tourinho (1995) será o compromisso dos analistas do comportamento com uma perspectiva pautada na relação organismo/ambiente que irá definir o que poderá ser utilizado como recurso, em se tratando de alcançarem seus objetivos de investigação e manipulação dos fenômenos comportamentais (Tourinho, 1995, p. 83). Porém, nesta análise, deve-se atentar para o fato de que tais eventos não correspondem às causas dos comportamentos apresentados pelo sujeito, ainda que exercam função de controle sobre a determinação das probabilidades de apresentação destes.

Referências

- Abbagnano, N. (1971/1998). *Dicionário de Filosofia*. 2ª ed. São Paulo: Editora Martins Fontes.
- Brandenburg, J. & Weber, L. N. D. (2005). *Autoconhecimento e liberdade no behaviorismo radical*. *Psico - USF*, v. 10, n. 1, p. 87-92, jan./jun.
- Catania, A. C. (1999). *Aprendizagem: comportamento Linguagem e cognição*. Porto Alegre: Artes Médicas Sul.
- Carrara, K. (1988/2005). *Behaviorismo Radical: crítica e metacrítica*. 2ª ed. São Paulo: Editora UNESP.
- De Rose, J. C. *Consciência e propósito no behaviorismo radical*. 1982. Disponível em: <<http://www.cemp.com.br/textos7.htm>>. Acesso em: 4/12/2003.
- De Rose, J. C. (1999). O que é comportamento? In: Banaco, R.A. (Org.). *Sobre comportamento e cognição*. 2ª ed. Santo André: Arbytes.
- Júnior, J. L. (2001). Sobre a incidência do Operacionismo na Psicologia. In: Banaco, R. A. (Org.). *Sobre comportamento e cognição*. 2ª ed. Santo André: Arbytes.
- Lopes, C. E. (2006). *Behaviorismo Radical e subjetividade. Tese apresentada junto ao programa de pós-graduação em Filosofia da Universidade Federal de São Carlos*, como requisito para a obtenção do título de Doutor em Filosofia. UFSCar, São Carlos.
- Machado, L. M. C. M. (1993). *Consciência e comportamento Verbal*. – Psicologia USP, vol.8, n.2, São Paulo, 1997, texto apresentado no Simpósio “Consciência”, sob coordenação do Prof. César Ades, na 45ª Reunião Anual da SBPC – Recife – Julho/1993.
- Malerbi, F. E. K. & Matos, M A. (1992). *A análise do comportamento verbal e a aquisição de repertórios autodescritivos de eventos privados* – Fonte original: *Psicologia: Teoria e Pesquisa, Brasília*, vol.8 (supl.), 407-21.
- Malerbi, F. E. K. (2001). Eventos privados: o Sujeito faz parte de seu ambiente? In: Banaco, R. A. (Org.), *Sobre comportamento e cognição*. 2ª ed. Santo André: Arbytes.
- Matos, M. A. (1995). Behaviorismo metodológico e behaviorismo radical. In: Rangé, B. (Org.). *Psicoterapia comportamental e cognitiva: pesquisa. Prática, aplicações e problemas*. Campinas: Editora Psy.
- Matos, M. A. (2001a). O behaviorismo metodológico e suas relações com o mentalismo e o behaviorismo radical. In: Banaco, R. A. (Org.). *Sobre comportamento e cognição*. 2ª ed. Santo André, SP: ESETEC.

Matos, M. A. (2001b). Introspecção: método ou objeto de estudo para a análise do comportamento? In: Banaco, R. A. (Org.), *Sobre comportamento e cognição*. 2ª ed. Santo André: ESETEC.

Micheletto, N. (2001). Há um lugar para o ambiente? In: Banaco, R. A. (Org.). *Sobre comportamento e cognição*. 2ª ed. Santo André, SP: ESETEC.

Neto, M. B. C. (2002). Análise do comportamento: behaviorismo Radical, análise experimental do comportamento e análise aplicada do comportamento. Universidade Federal do Pará – Revista: *Interação em Psicologia*, 6 (1).

Sério, T. M. A. P. (2001). A concepção de homem e a busca de autoconhecimento: onde está o problema. In: Banaco, R. A. (Org.) *Sobre comportamento e cognição*. 2ª ed. Santo André, SP: ESETEC.

Skinner, B. F. (1953/1998). *Ciência e comportamento humano*. 10ª ed. São Paulo: Editora Martins Fontes.

Skinner, B. F. (1957/1978). *O componamento verbal*. São Paulo: Editora Cultrix,.

Skinner, B. F. (1971/1983). *O mito da Liberdade*. São Paulo: Editora Summus.

Skinner, B. F. (1974/1993). *Sobre o Behaviorismo*. 9ª ed. São Paulo: Editora Cultrix.

Skinner, B. F. (1989/1991). *Questões recentes na análise comportamental*. São Paulo: Editora Papyrus.

Tourinho, E. Z. (2001a). Eventos Privados em uma Ciência do comportamento. In: Banaco, R. A. (Org.), *Sobre comportamento e cognição*. 2ª ed. Santo André, SP: ESETEC.

Tourinho, E. Z. (2001b). Privacidade, comportamento e o conceito de Ambiente interno. In: Banaco R. A. (Org.), *Sobre comportamento e cognição*. 2ª ed., Santo André, SP: ESETEC.

Tourinho, E. Z. (2001c). O conceito de comportamento encoberto. In: Banaco, R. A. (Org.). *Sobre comportamento e cognição*. 2ª ed. Santo André, SP: ESETEC.

Tourinho, E. Z. (1995). *Autoconhecimento na psicologia Comportamental de B.F.Skinner*.

Belém, PA: Ed. Universitária UFPA.